



# ELO



PORTE  
PAGO

ANO X  
N.º 127  
MENSAL  
DEZEMBRO  
1984  
PREÇO 20\$00

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

**9 DE DEZEMBRO**

## COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

- **FRUSTRADA ESPERANÇA DE VER AFIRMADA VONTADE POLÍTICA PARA IMPULSIONAR INTEGRAÇÃO SOCIAL**
- **SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DE ESTADO MINIMIZA PARTICIPAÇÃO DOS DEFICIENTES**
- **OITO ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES DERAM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**

PÁGS. CENTRAIS



## EM PREPARAÇÃO REUNIÃO DA FMAC EM LISBOA

PÁG. 12

## 10.º ANIVERSÁRIO DO ELO

PÁG. 2



## COEXISTÊNCIA DA ADFA E SOCIEDADE HISTÓRICA NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA NÃO É PACÍFICA

- **PROVOCAÇÕES DA SOCIEDADE HISTÓRICA PODERÃO LEVAR A ATITUDE DRÁSTICA DA ADFA**

PÁG. 3

## DELEGAÇÃO DO PORTO COMEMOROU 10.º ANIVERSÁRIO

PÁG. 9

## MUITAS CRIANÇAS NA FESTA DE NATAL DA ADFA

PÁG. 9

- **«ELO» ENTREVISTOU DEFICIENTES DO LAR MILITAR**  
PÁG. 8
- **MOVIMENTO DE DEFICIENTES — ENTREVISTA COM A CNAD**  
PÁG. 4
- **CONSELHO NACIONAL DA ADFA REUNE EM JANEIRO**  
PÁG. 12

**A ADFA DESEJA**

# BOAS - FESTAS

A TODOS OS SÓCIOS E LEITORES DO «ELO»

# COMEMORAÇÕES DO X ANIVERSÁRIO DO «ELO»

O X aniversário do «ELO» foi mais uma vez comemorado com realizações diversas de carácter cultural e desportivo.

No dia 23 de Novembro realizou-se uma sessão especialmente dedicada à Imprensa, seguida de um «porto de honra» e da apresentação de um diaporama da ADFA.

## ENCONTRO COM A IMPRENSA

No dia 23 de Novembro, às 16 e 20, no salão nobre do Palácio da Independência, foi aberto o encontro com a Imprensa pelo presidente da direcção da ADFA, Lopes Dias.

No encontro estiveram presentes a Anop, jornal «Mais Alto», Antena Um da RDP, «Diário de Lisboa», «Tal & Qual», Rádio Renascença, «Nefrâmia», «Boletim da CNAD», «Diário de Notícias», «Boletim da Associação Portuguesa de Ostomizados», «A. P. S. Comunicação». Apesar de um bom número de jornalistas presentes, não podemos deixar de realçar a falta de

revistas como «Margem», «Reabilitação» e «Associação», que são publicações especializadas na área dos deficientes e a quem o «ELO» se referiu muito particularmente no seu n.º 126. Quanto à presença de outros órgãos da Comunicação Social de implantação nacional, já nos vamos habituando ao desprezo a que é votada a problemática dos deficientes, nomeadamente por parte de um organismo com as responsabilidades da RTP.

Estiveram ainda presentes a Liga de Cegos João de Deus e a Associação Portuguesa de Educação de

Crianças Diminuídas Mentais.

Após a abertura da sessão Botelho da Costa leu um importante documento onde se analisa os dez anos de existência do «ELO» e cujo texto integral publicamos em seguida. Finda a leitura do documento Lopes Dias fez um enquadramento geral da organização da ADFA assim como das suas relações internacionais nomeadamente no que concerne à próxima realização em Portugal de uma Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus do FMAC.



Estamos aqui a comemorar o aniversário de um pequeno e insignificante jornal — facto que, só por si, não merecia a atenção que se pretende.

Mas, porque não se trata de um aniversário qualquer — estamos a assinalar a passagem de dez anos de publicação regular deste pequeno jornal — e porque o mundo da informação em que este pequeno jornal tem sido voz — quase única, não é assim tão irrelevante — a problematização do arredamento da pessoa deficiente, em termos de condição de cidadãos plenos — parece-nos legítimo o realce que pretendemos dar ao 10.º aniversário do «ELO».

Publicado pela primeira vez em 23 de Novembro de 1974, o «ELO» designado então «Elo dos Deficientes das Forças Armadas», começou por ser, exactamente, o elo de ligação entre todos os sócios da A.D.F.A. em torno do mesmo ideal. Com esse objectivo se tem mantido durante estes 10 anos, levando até aos sócios todas as notícias da vida associativa, unindo-os e mobilizando-os na conquista e defesa dos seus direitos; mantendo-os despertos e alertas para um futuro melhor e que pretendem mais justo.

Mas cedo o «ELO» deixou de se limitar ao cumprimento desta missão íntima, ultrapassando o próprio meio familiar dos deficientes, para passar a ter uma maior dimensão comunicativa, começando a funcionar como elo de ligação entre estes e a própria sociedade.

Foi estimulante para os Deficientes das Forças Armadas constatarem que os seus problemas transvazaram o seu próprio eu para se tornarem do domínio público, encontrando-se, assim, equacionados correctamente; objecto de atenção de uma população que apenas aprendera e sabia encarar os deficientes na perspectiva caritativa.

Depois da criação da A.D.F.A., em 14 de Maio de 1974, o início da publicação do «ELO» em 23 de Novembro do mesmo ano foi o segundo grande passo no sentido da integração social dos Deficientes das Forças Armadas.

Ao «ELO» se deve muito a rápida organização e implementação da Associação, bem como a sua consolidação. Foi também através do mesmo jornal, expressando sempre clara e desinibidamente os actos e questões associativas, que os poderes constituídos foram, sempre a uma certa distância, melhor conhecendo, mas nem sempre compreendendo a A. D. F. A.

Foi, também, muito através do «ELO», que a opinião pública foi construindo a sua imagem — imagem ainda distorcida —, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

O «ELO» contém nos 126 números publicados, todos os actos associativos, num documento que traduz fielmente a orientação da A.D.F.A. com as suas grandes constantes e com os seus pequenos desvios.

Mas, para além de reflectir a orientação da A.D.F.A., o «ELO» reflecte também a orientação e a implementação da reabilitação em Portugal nestes 10 anos. Ao longo das mais de 1500 páginas até agora escritas, que constituem um património público inestimável, encontram-se os factos fundamentais — melhor ou pior tratados — sobre a reabilitação em Portugal depois do 25 de Abril, aguardando que alguém os compile, ordene e sistematize, dando-lhes um sentido. Essa história seria hoje preciosa, dando-nos uma ideia não só de tudo que havia por fazer, do pouco que se fez e do muito que ficou por fazer, mas também do esforço e determinação empenhados e por quem, como das resistências impostas e também por quem. Revelaria essa história como todo este trabalho se desenvolveu num sub-mundo, marginalizado do grande e aberto mundo da actividade da Sociedade e do próprio Estado.

Mas o «ELO», neste domínio, foi mais longe. Na linguagem simples, mas clara e por vezes agressiva que caracteriza os Deficientes das Forças Armadas, o «ELO» tem procurado definir um modelo de integração — uma filosofia ainda não sistematizada, mas pulsante e viva em correspondência directa às necessidades e anseios de quem sente a humilhante marginalização.

O «ELO» não é o único jornal sobre deficientes em Portugal, mas é o que, nestes 10 anos, se manteve com mais regularidade; que tratou os assuntos de reabilitação com mais actualidade e oportunidade; que maior material tem difundido sobre o tema genérico da integração social.

Os grandes órgãos de informação, nestes 10 anos de denúncia, trataram exaustivamente (e bem) os mais diversos aspectos da vida em sociedade, mas não trataram ou afluaram apenas envergonhadamente o grande problema da marginalização dos deficientes. Igualmente, o discurso do Poder não enunciou este problema, ou se o fez, mais recentemente, foi também timidamente.

O problema dos deficientes e da sua marginalização ainda não se desembaraçou das implicações culturais profundas que o tem determinado. Sempre encarado emocionalmente, arrumado no canto obscuro do psiquismo colectivo, carece, de um tratamento psicanalítico urgente, no sentido de o fazer emergir no plano do consciente, iluminado definitivamente pela luz da razão. O «ELO», escrito pelos próprios deficientes, que sentem os efeitos desses recalcamientos da mente colectiva, tem, nestes 10 anos, praticado infatigavelmente essa terapia. Os resultados não são hoje, de facto, satisfatórios, mas alguns são já visíveis.

Neste grande e desconhecido mundo da reabilitação, sentindo o peso da solidão e das responsabilidades, o «ELO» prossegue no seu caminho esperando, a todo o momento, ver-se acompanhado não só por outros pequenos jornais especializados, como também pelos grandes periódicos, no sentido de serem reflectidas as grandes questões da reabilitação e os anseios dos deficientes, questões que, de facto, não interessam apenas a estes, como a toda a população, constituindo este o grande objectivo da A.D.F.A. ao comemorar o 10.º aniversário do seu jornal.

### Debate

Terminadas estas intervenções seguiu-se um animado debate em que intervieram jornalistas quer da Imprensa em geral quer das publicações especializadas em sobressair a tónica da falta de preparação e especialização de muitos destes profissionais relativamente à temática dos deficientes: a

dado passo um representante da Associação Portuguesa de Ostomizados virou-se para os jornalistas e perguntou-lhes se eles sabiam o que era um Ostomizado, e aqui os jornalistas presentes ficaram mudos e quedos porque de facto não sabiam.

### Principal problema

Uma jornalista da Anop perguntou «Concretamente qual é o principal problema com que a ADFA se debate neste momento?» Lopes Dias respondeu que um dos principais problemas é o da rejeição que a própria sociedade ainda continua a ter em relação ao deficiente... é necessário e urgente que se altere a mentalidade de toda a sociedade em relação ao deficiente... pois como foi afirmado no Congresso da R. I. «a deficiência está nos

olhos dos outros». A nível interno da ADFA — continuou —, uma das nossas reivindicações é que o Ministério da Defesa Nacional reponha em funcionamento o C. M. R. A. o que é fundamental para a resolução dos nossos problemas e seria o reconhecimento final por parte do Governo dos deficientes das Forças Armadas; pretendemos também a aprovação, de imediato, da nova lei orgânica do S. N. R.

No dia 24 de Novembro realizou-se a parte final de um torneio de basquetebol, do qual a ADFA foi a brilhante vencedora e ainda um jogo de futebol de salão.

Na noite do dia 23 realizou-se o tradicional jantar de convívio, muito participado, num ambiente de franca confraternização.

### Verbas Insuficientes

Perante a pergunta de um outro jornalista, se a verba que nos é atribuída é suficiente, foi respondido por Botelho da Costa que nós fazemos com que ela chegue para fazer funcionar a

nível administrativo e que, apesar de termos outras receitas, estas verbas são insuficientes para realizar tudo o que é necessário fazer.

### Aumento do número de sócios

O representante da APACDM mostrou-se espantado com o crescimento da ADFA, que em 1979 tinha 9000 sócios e neste momento tem mais de 10000. Foi-lhe respondido que neste momento o número de

sócios é praticamente de 11000, havendo mais 2000 em fase de admissão, com a particularidade de serem todos eles portadores de deficiência permanente. A média de aumento dos sócios tem sido de cerca de 300 por ano.

### Movimento associativo

Respondendo a uma questão colocada sobre o que se pretende fazer para incentivar o movimento associativo de deficientes, foi referido que isso consta das conclusões do nosso 2.º Congresso; por outro lado, a resolução deste problema passa por aquilo que o Governo fizer e que tem sido muito pouco.

Um dos problemas a resolver passa pela aprovação da nova lei orgânica do S. N. R., que é um instru-

mento de trabalho muito positivo para que o movimento associativo possa ser relançado em Portugal. O S. N. R. é um organismo muito bem colocado para poder lançar acções concretas no campo da reabilitação. Por outro lado, a ADFA está alerta para que possamos em conjunto lançar um associativismo autónomo, avançado e independente politicamente. Pensamos que em junto podemos realizar grandes coisas.

### Recolha de fundos

A propósito da recolha de fundos realizada por algumas associações, foi afirmado que nunca recorremos a esse meio porque são encaradas pela opinião pública de uma forma caritativa que repudiamos mas, reconhe-

cermos que são em muitos casos a única forma de certas organizações conseguirem sobreviver. A este propósito foi denunciado que o Governo Civil fica com o fruto dos prémios não levantados.

### Problema nacional

Em estilo de conclusão, Lopes Dias referiu que o problema dos deficientes é um problema nacional e que tem de ser equacionado pelo menos ao mesmo nível

de outros grandes problemas nacionais, o que até agora não se tem feito, ficando os deficientes sempre na cauda das prioridades.

### Diaporama

Findo o debate, foi apresentado um diaporama sobre os 10 Anos de Vida da ADFA, realizado pelo CHESMATI, que foi acom-

panhado com muita atenção pelos presentes, que no final o premiaram com uma grande ovação de palmas.

### Jantar de convívio

O jantar de convívio foi realizado como habitualmente no restaurante da ADFA, e teve a presença de mais de cem sócios e familiares, mais não podendo ser devido à exiguidade das instalações.

O jantar teve momentos muito agradáveis, nomeadamente a leitura de um poema a o «ELO» feita por

um nosso sócio bem conhecido da 1.ª Grande Guerra, Máximo, que nos deixou a todos muito sensibilizados pelo entusiasmo e optimismo manifestado por este velho combatente. Vítor Paula, o autor da estátua da ADFA e da maioria dos seus cartazes, leu um poema gentilmente oferecido pelo poeta. Ângelo Teixeira

# QUASE IMPOSSÍVEL COEXISTÊNCIA DA ADFA E DA SOC. HISTÓRICA NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

As difíceis relações existentes entre a ADFA e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal agravaram-se recentemente de molde a tornarem quase impossível a coexistência das duas organizações no Palácio da Independência.

Conforme já referido várias vezes, a ADFA sentiu-se lesada e traída pela Sociedade Histórica por esta se ter empenhado num processo nada claro, sem qualquer conhecimento da Associação, que havia de levar a um despacho interno do Ministério das Finanças a doar o Palácio àquela organização. Isto, quando a ADFA, durante todos estes anos de permanência no Palácio e por cuja administração tem sido responsável, sempre usou a maior correção, respeito e colaboração para com a Sociedade Histórica.

Depois deste despacho, em Dezembro de 1983, a Sociedade Histórica, num gesto inqualificável, violou o espaço físico do Palácio, à revelia da ADFA, entidade responsável pela segurança, arrombando a porta de entrada e a porta do salão nobre.

Este segundo acto levou a Associação a comunicar à Sociedade Histórica que não lhe cederia mais quaisquer instalações à sua guarda, nomea-

damente o salão nobre. Ao mesmo tempo, manifestou a sua preocupação perante a Secretaria de Estado da Defesa Nacional, salientando a necessidade de se encontrar uma solução urgente sobre o Palácio dadas agora as relações tensas com a Sociedade Histórica. Através deste contacto e de outros já anteriormente realizados, a ADFA obteve a garantia de que a Associação só sairia do Palácio para instalações condignas e encontradas com a sua participação directa.

Apesar da disposição da ADFA em não permitir a utilização do salão nobre pela Sociedade Histórica, este ano, muito excepcionalmente, autorizou a realização de uma cerimónia no dia 29 de Novembro. Este gesto de boa vontade teve como resposta a violação novamente do espaço físico do Palácio.

No dia 1 de Dezembro, após cerimónia que a Sociedade Histórica realizou nos Restauradores, cerca de 70 pessoas, com os órgãos directivos da Sociedade à frente dirigiram-se ao Palácio e, não respeitando o porteiro da Associação, forçaram a entrada. Ao mesmo tempo, proferiram algumas expressões agressivas contra a ADFA. Passados cerca de 20 minutos saíram, repetindo impropérios contra a Associação, a propósito da sua permanência no Palácio.

## EDITORIAL

Na Sessão Solene do passado dia 7, comemorativa do Dia Nacional do Deficiente, o Secretariado Nacional de Reabilitação pretendeu, além da evocação da efeméride, aproveitar tal acto para lançar em Portugal a Década da Reabilitação, proclamada pela ONU e a cujos princípios programáticos o Governo Português aderiu.

No campo das intenções e apesar de já irmos com considerável atraso, pensamos ter sido bem escolhida a data para desbloquear o que, desde o Ano Internacional do Deficiente, tem estado encravado, por também, nesta matéria, não termos assistido à passagem das palavras aos actos.

Tudo muito certo, e como bom augúrio, até as Associações mais representativas dos deficientes foram convidadas a usar da palavra, cabendo também à ADFA gastar os dez minutos que julgaram por bem atribuir.

Embora já com algum desespero de causa, fruto de quem presente não existirem indícios da passagem das palavras aos actos, o que equivale a dizer, das palavras eleitorais e do programa do actual Governo, contudo esperávamos sair da Sessão Solene do Dia Nacional do Deficiente com algo de positivo, que garantisse, minimamente, a vontade política do Governo no equacionamento e resolução das grandes questões globais que se prendem com a Reabilitação e Reintegração Social dos Deficientes.

De resto, outra coisa não poderíamos esperar, dadas as intenções manifestas de, também em Portugal, se aplicarem as orientações da Carta para os Anos Oitenta, e promessas eleitorais do PS ao obrigar-se a repôr o espírito inicial que criou o S. N. R., através do Decreto-Lei n.º 346/77, dotando-o de uma nova Lei orgânica e do actual Governo que as reafirma, ao declarar em matéria de Reabilitação:

— Ouvir e tomar em conta as posições das Associações de Deficientes, através do Secretariado Nacional de Reabilitação, na definição das políticas e na tomada das acções que lhe disserem respeito;

— Tentar estruturar uma só política de reabilitação, globalizada e coerente, ordenando as diversas políticas sectoriais desprovidas de uma visão global;

— Orientar globalmente a política de reabilitação no sentido da plena integração social dos deficientes;

— Dedicar particular atenção à situação dos deficientes das Forças Armadas, em diálogo com estes.

Assim, seria razoável acreditar que o lema síntese para a Década da Reabilitação — Total Participação e Igualdade — teria entre nós uma projecção real, embora conscientes de que a mesma seria forçosamente adaptada à conjuntura do nosso país.

Dotar o Secretariado Nacional de Reabilitação duma Lei Orgânica, que lhe permita ser o instrumento do Governo para a prossecução duma política nacional de Reabilitação, cons-

titul o objectivo prioritário ao qual se vinculou o actual Secretário Nacional Bobela Mota, e que o fez por, concerteza, na altura lhe terem sido garantidos os apoios políticos necessários, de acordo, aliás, com as promessas feitas ao eleitorado.

Como é do conhecimento público a maioria das organizações de deficientes, e muito especialmente a ADFA, vem exigindo uma nova Lei Orgânica para o S. N. R., e pela parte que nos toca, participámos activamente na elaboração da proposta que se encontra na Presidência do Conselho de Ministros, donde se conclui ter a mesma o apoio, não só das entidades governamentais envolvidas, como da generalidade das Associações de Deficientes.

Não se diga que a nova proposta de Lei Orgânica foi apressada, quando os trabalhos de elaboração decorreram durante mais de um ano, e concerteza que tal facto era do conhecimento do Ministro da Tutela do S. N. R., neste caso o Senhor Ministro de Estado, que por sua vez delegou as respectivas competências no seu Secretário de Estado Adjunto.

Por tudo isto, não compreendemos nem podemos aceitar, que no dia 7 de Dezembro, o Secretário de Estado Adjunto do Senhor Ministro de Estado, Dr. Anselmo Rodrigues, ao usar da palavra na Sessão Solene evocativa do Dia Nacional do Deficiente tenha, pura e simplesmente, negado todos os compromissos do seu Partido e do Governo que representa, ao afirmar que «a nova Lei Orgânica do S. N. R., não é necessária, e o que interessa é fazer coisas»...

Mas que coisas, quando e como, Senhor Secretário de Estado?

Algumas «coisinhas» têm sido feitas em Portugal, mas todos sabemos que os problemas dos deficientes deste país não se resolvem com boas vontades, feitas por este ou por aquele Ministro, ou por esta ou por aquela instituição.

Defendemos que o Estado deve assumir-se como elemento coordenador das acções de reabilitação, definindo planos de actuação a serem executados, não só pelo próprio Estado, como pelas instituições privadas, tudo isto com a participação dos deficientes, que são os primeiros interessados nestas acções, e que esperam sempre que as promessas não sejam apenas, «guloseimas para enganar tolos».

Quando afirmamos não presentirmos vontade política para pegar de frente a questão dos deficientes em Portugal, pensávamos que o vazio não fosse tão grande, mas, infelizmente, as nossas certezas são mais duras do que poderíamos pensar.

Temos consciência de que a luta dos deficientes pelo direito à cidadania plena é morosa e difícil, mas dela não nos demitiremos apesar dalguns amargos de boca, que pelo menos servem para nos porem de sobreaviso, de que nem sempre «um bom som corresponde a um melhor metal».

No dia 29 de Novembro, a Sociedade Histórica tinha dado uma conferência de imprensa. No dia seguinte, 30 de Novembro, dois jornais diários, «O Diário» e «O Dia», referiram-se à questão da ocupação do Palácio da Independência. «O Diário» revelou aspectos desconhecidos da vida interna da Sociedade Histórica e que está, tanto quanto sabemos, não desmentiu. Refere nomeadamente, que a ADFA é considerada «uma associação política adversa». «O Dia» faz referência, deturpadamente, à forma como a ADFA se instalou no Palácio em 1974.

A ADFA, que tem manifestado uma grande tolerância com a Sociedade Histórica, está agora a chegar ao limite da sua paciência. A Associação ocupa de facto, o Palácio desde 1974, com conhecimento de todos os governos e de todas as autoridades civis e militares. Sempre esteve disponível para sair, mas para instalações condignas. Não aceita agora ser empurrada nem enxovalhada.

A Direcção Central, depois destes últimos acontecimentos, contactou as entidades mais directamente ligadas a esta questão, nomeadamente o Secretariado Nacional de Reabilitação, a Secretaria de Estado de Defesa Nacional e a Presidência da República.

O Secretário Nacional de Reabilitação, que, muito particularmente, vinha, de certo modo, servindo de mediador para se encontrar uma solução, perante a gravidade do comportamento dos elementos da Sociedade Histórica, não estará mais na disposição de desempenhar esse papel.

A Secretaria de Estado da Defesa Nacional tomou conhecimento destes acontecimentos com muita estupefação e reafirmou a posição de que nada se resolverá sem a participação da ADFA, mantendo-se esta no Palácio até lá!

A Presidência da República, através do chefe da Casa Militar, também manifestou estupefação e reafirmou igualmente que a ADFA só deverá sair do Palácio para instalações condignas.

A ADFA está, pois, à espera das prometidas instalações condignas para sair do Palácio. Até lá, não sai. E até lá manter-se-á firme na sua correção e dignidade, não se deixando intimidar nem enxovalhar pela Sociedade Histórica. A ADFA nunca quis nem quer agora politizar esta questão, pelo que lamenta que a Sociedade Histórica o esteja a fazer. Se considera a ADFA «uma associação política adversa», poderá estar no seu direito (cada qual é livre de escolher os inimigos que entende), mas o direito de provocar a ADFA como tem feito é que não tem.

A paciência da ADFA está mesmo a atingir o limite. Ultrapassado esse limite, a Associação, como entidade administradora que é de facto do Palácio desde 1974, cortará definitivamente o acesso ao Palácio assumindo, a partir daí, todas as responsabilidades, tanto perante as entidades oficiais, como perante a opinião pública.

## LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Equipamento Social  
I Série, n.º 275, 27.11.84.  
Decreto-Lei n.º 369/84.

Prorroga até 31 de Julho de 1985 o prazo de suspensão da entrada em vigor do Dec.-Lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro (alterações ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, em matéria de barreiras arquitectónicas).

Ministério das Finanças e do Plano  
I Série, n.º 280, 4.12.84.  
Dec.-Lei n.º 383/84.

Isenta de direitos de importação diversos objectos especialmente concebidos para a promoção educativa, científica ou cultural dos cegos bem como para a educação, o emprego e a promoção social das pessoas físicas ou mentalmente diminuídas que não sejam cegos.

## SÓCIOS FALECIDOS



AUGUSTO CORREIA LÚCIO, sócio n.º 565, 44 anos, faleceu no passado dia 13 de Novembro no Hospital Militar de Doenças Infecto Contagiosas vítima de tuberculose pulmonar.



JOAQUIM DE JESUS MORGADO, sócio n.º 8155, faleceu no passado dia 28 de Junho de 1984 vítima de doença vascular. Este sócio tinha 55 anos, era natural de Estói-Faro. Aos familiares apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

# MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL-4

## ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO DA COOPERATIVA NACIONAL DE APOIO A DEFICIENTES

Continuando a série de entrevistas, movimento de deficientes em Portugal, damos hoje a palavra à Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes, CNAD, tendo sido concedida a entrevista ao ELO pelo Dr. Carlos Pereira, Presidente da Direcção da CNAD, por Celeste Costa, Tesoureira, e por Tavares Ramos, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Situa-se na zona J de Chelas, com o n.º 566, a CNAD, Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes. Fundada em 11 de Agosto de 1982, é a mais recente associação no género.

Sobre a realidade e o aparecimento desta cooperativa, falou-nos em primeiro lugar o seu presidente o Dr. Carlos Pereira.

Quando pensámos fazer alguma coisa, adoptamos o processo cooperativo pois queríamos que as pessoas cooperassem, fossem participantes, tivessem uma actuação permanente. Fomo-nos especializando a pouco e pouco (há um que sabe de transportes, outro de habitação ou emprego...). Todos nós damos o nosso contributo, se mais tarde contactarmos com um médico ou um terapeuta podemos alargar a nossa cooperação. As outras associações têm um carácter de representatividade e associativismo, a nossa, quer levar as pessoas, elas próprias, a fazerem coisas.

A nossa função é também a de desimpedir as burocracias, mas isto não quer dizer que não tomemos posições quando devem ser tomadas, nem venhamos a participar em todas as iniciativas que visem a reabilitação do deficiente. O trabalho mais específico e mais intenso visa uma prestação de serviços; o que pensamos que todas as associações mais cedo ou mais tarde irão fazer, passada que esteja a fase reivindicativa. Quando por via legal se alcançarem os aspectos mais aparentes, e necessários, que ficam as associações a fazer?

### CNAD, uma cooperativa de prestação de serviços

Numa primeira fase, os serviços eram-nos solicitados por carta. Arranjamos um apartado, conseguimos entrar na televisão, pelo programa «Novos Horizontes» e mais tarde colaborámos também no programa «Meio-Dia». Esta foi uma 1.ª fase — a da correspondência.

Fomos ficando conhecidos, a CNAD começou a funcionar e temos hoje muitas pessoas que nos procuram directamente. O leque de problemas é muito variado — desde o simples caso de arranjar uma cadeira de rodas até ao de arranjar emprego e habitação. A nossa acção não é directa, apenas encaminhamos e orientamos as pessoas para o sítio onde devem ir para alcançarem os seus direitos.

Muitas cartas nos chegaram às mãos, solicitando a nossa ajuda... muitas das pessoas que nos contactavam não sabiam sequer onde se dirigir para arranjar uma cadeira de rodas ou umas canadianas.

Por outro lado, como mantemos uma boa relação com o NIPRED, um núcleo da CML que facilita a obtenção de habitações em casos particulares e específicos, temos garantido inúmeras habitações a pessoas que as solicitaram; o trabalho desenvolvido por este organismo não se pode dizer que tenha sido óptimo (o óptimo não existe), no entanto há um grupo de pessoas bastante interessadas — atribuem casas, quiosques ou lojas, todavia, como se circunscrevem ao conceito de Lisboa, as suas actuações são limitadas.

### Chelas: zona de concentração de famílias de deficientes

Chelas, usualmente conhecida como uma zona degradada em termos sociais, foi o local «escolhido» para a sede da CNAD. Na nossa entrevista pedimos para nos falarem desse local.

Nós viemos para Chelas que como sabem é um local sem raízes, uma urbanização comunitariamente errada, mal feita, sem vida social. A maioria das pessoas que para aqui vieram não têm preparação para viver em casas.

Surgiram diversas ideias da parte de associações de deficientes e outras para que Chelas passasse a ter uma vida própria, para que fosse um verdadeiro centro comunitário; a própria câmara, a NIPRED, a Liga do Deficiente Motor e a UNICEF, avançaram neste local.

Esta é uma zona particular no que respeita a deficientes e não foi uma zona especialmente concebida para o caso, no entanto, a maioria das habitações não apresenta grandes barreiras arquitectónicas.

Chelas, é nessa altura uma zona de grande concentração de deficientes. É para aqui que a NIPRED canaliza largo número de deficientes. Pensamos que existem neste momento 350 famílias de deficientes e algumas delas chegam a ter 5 casos em casa. Elaboramos já um trabalho nesse sentido pois de contrário, poder-se-á correr o risco do ghetto.

### Ligação do CNAD às CERCIS

Após o 25 de Abril, as cooperativas tiveram uma importância crescente nomeadamente na área da deficiência. O Dr. Carlos Pereira assistiu ao parto dessas cooperativas.

Na altura foi a forma mais expedita que as pessoas tiveram para fazer qualquer coisa (naquela fase de 75 toda a gente queria fazer coisas).

Aparecem grupos de pais com crianças deficientes e vontade de actuarem de uma forma rápida e não muito complicada (sem assembleias gerais e grande número de sócios), então avançaram para o processo cooperativo que apenas lhes exigia 10 sócios; era uma forma expedita de resolver o problema. Arranjavam uma direcção executiva e punham-se as cooperativas a funcionar, os 10 pais eram o núcleo formador de tudo aquilo.

Mais tarde o âmbito das CERCIS teve de se alargar e no seu funcionamento passaram a ter técnicos colocados pelos minis-

térios. A importância dos pais foi diminuindo. Hoje as CERCIS, embora mantenham a forma cooperativa, já não têm a mesma estrutura que tiveram em 75 ou 76 quando apareceram, hoje dependem quase integralmente do Ministério da Educação, com problemas gravíssimos com a segurança social na medida em que subsidiavam ou não subsidiavam.

A CNAD está filiada na Federação Nacional das Cooperativas. Estamos ligados às CERCIS e desenvolvemos um trabalho interessante com elas, principalmente com as de Lisboa, ajudamos na sua legislação e na regulamentação do funcionamento.

Tentamos agora contacto com as cooperativas de consumo.

### Acções mais importantes

Tivemos uma actuação que julgamos boa e oportuna, bem conduzida, no decreto acerca dos automóveis para deficientes. O documento que canalizámos por determinadas vias não tem permitido que a secretaria do Estado do Orçamento aplique todos os aspectos repressivos que apresentava no diploma.

Tivemos um encontro de deficientes visuais em Beja, um trabalho interessante que nunca se tinha feito, com boa colaboração das câmaras e do governo civil. Temos participado em todas as reuniões do SNR, no

que actuaram e pensam que actuando de determinada forma conseguem levar alguma coisa para a frente. Um certo elitismo pode apontar-se aqui pois os cooperantes são habitualmente pessoas sem grandes problemas financeiros, com um emprego, e que dedicam os seus tempos livres à cooperativa. Esses cooperantes, na nossa perspectiva deverão alargar, pouco a pouco. Quando encontrarmos alguém que queira colaborar connosco na área da terapia ou do direito, por exemplo, podemos ir alargando a nossa actividade. Teremos a possibilidade de formar grupos de cooperativas que prestem serviços.

Por outro lado, temos as pessoas que se nos dirigem e que de alguma forma beneficiaram com a actuação da cooperativa. Pessoas a quem passamos a fornecer informação sistemática, a quem convidamos para estar presentes em determinadas reuniões, a quem vamos ajudar, na medida do possível, na integração num grupo de trabalho... aqueles que tomam gosto pelo movimento poderão ser um dia cooperantes.

As pessoas que beneficiam com o trabalho da cooperativa são normalmente da província, enquanto os cooperantes estão, na sua larga maioria, em Lisboa.

Tanto os 16 cooperantes como os 400 sócios beneficiários, com a respectiva fi-

nem sequer para pagar a renda. Se somarmos a isto o custo do boletim, as despesas de correio, a conta da luz, da água e do telefone...

Iniciámos a cooperativa com o subsídio que o SNR nos cedeu com o fundamento de a nossa associação ser uma instituição que iria cobrir certos aspectos de reabilitação. Foi um subsídio de 200 mil escudos em 1982. A CML deu-nos também a quantia de 100 mil escudos para fazermos obras nas nossas instalações, o que ficou aquém das despesas.

Para equilibrarmos o nosso orçamento não podemos aumentar as despesas, por isso, não admitimos pessoal, trabalhamos em regime de voluntariado. Se conseguirmos alguns fundos alargamo-nos imediatamente, já que não temos intuídos lucrativos. O nosso dinheiro é para benefício das pessoas que se nos dirigem.

O crescimento da nossa cooperativa, desde que se faça paulatinamente e sem grandes sobressaltos, pode atingir, talvez, em 86 ou 87 um equilíbrio. As cotizações nessa altura chegarão para cobrir as nossas despesas. O nosso tipo de trabalho não atinge a acção directa, distribuir dinheiros não produz qualquer efeito. Evitamos o pagamento pessoal e aceitamos sempre o voluntariado.

### Dirigentes da CNAD foram afastados da APD

Sabendo nós que os fundadores da CNAD tiveram um papel fundamental na vida associativa da APD, procurámos saber as razões porque abandonaram o seu trabalho dentro da mesma associação.

Para nós, fundadores da CNAD, as condições de trabalho na APD tornaram-se algo complicadas... se a APD se enquistou é natural que as pessoas por outras vias tentassem fazer qualquer coisa e foi o que aconteceu connosco, não houve nenhum movimento anti-APD... até porque continuámos sócios.

Tornou-se muito difícil a nossa vivência no seio daquela associação e por outro lado os nossos objectivos não estavam muito de acordo com as linhas da associação.

O facto de se constituir a CNAD acabou por ser um motivo para que alguns membros da nossa cooperativa acabassem sendo considerados suspensos da Associação. Foi uma forma habilidosa de nos afastarem de qualquer intervenção mesmo a nível de assembleias, de eleições... houve um inquérito, acusações variadíssimas.

Dificuldades de relacionamento no trabalho é o que pode ficar bem expresso.

A respeito do seu afastamento da APD falou-nos o vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNAD, Tavares Ramos.

Talvez um dos motivos que tenha contribuído para o nosso afastamento da APD, foi os corpos gerentes terem

constatado haver um grupo de pessoas que estava a conseguir encher o espaço de convívio da APD nos fins de semana, telefonando para casa de pessoas, trazendo um amigo para cantar ou um grupo de teatro para representar. Havia fins de semana que conseguíamos reunir 30 a 40 pessoas que vinham conviver e deixavam de estar em casa a lamentar-se. Talvez por aparecermos com uma certa força e proporcionarmos a esses deficientes uma vivência, por sermos nós também deficientes a proporcionar-lhes essa integração, é que... nos afastaram da APD.

Deu-se um choque entre o aspecto meramente reivindicativo e sectorial que a direcção da APD queria levar a cabo e o desenvolvimento de uma área mais social que e nossa tendência natural e que é o que nós tentamos fazer aqui. Nós constituíamos à partida um perigo para a direcção da APD.

### A comunicação social não tem colaborado

Evocando o que se tem passado em Portugal no campo da deficiência, nos últimos dez anos, começou por ser criticado o papel que a comunicação social tem exercido, na mesma área.

Tivemos um programa na TV só de 25 minutos, à hora do almoço, mas as pessoas viam-no. Foi o «Novos Horizontes». Alguns diziam que 25 m é pouco tempo, queriam um grande programa com muito impacto. É errado, não se pode pretender um programa de horas a falar de deficientes.

Aquele programazito tinha o seu espaço que podia ser melhorado, talvez de vez em quando um número especial... enquanto não acabaram com o programa não descansaram. O senhor da «grilha» acabou com o programa, mas penso que acabou mais depressa porque chegavam lá todos os dias protestos a dizer que não prestava. Como estava seria muito bom pois canalizava informação e moldava um pouco a opinião pública.

O aparecimento do deficiente na televisão tem agora um aspecto jornalístico, já no programa «Meio-Dia» era nessa perspectiva que aparecia — o deficiente como sendo o «bicho do mato».

É interessante referir que num programa de Luis Pereira de Sousa foi transmitida uma reportagem de um paraplégico que tinha vindo desde Inglaterra até à Horta num veleiro, ora, em vez de se salientar a extraordinária reabilitação desse deficiente, o apresentador do programa perguntou demonstrando ignorância: «Acha que era mesmo necessário?»

Um outro caso que podemos referir... numa entrevista feita pela Alice Cruz ao Sérgio do dueto Sérgio & Madi a locutora perguntou: «Olhe, o sr. coxeia muito ou coxeia pouco!». Ora isto é inconcebível, os órgãos de informação não pretendem

(Continua na pág. 10)



Durante a entrevista, Tavares Ramos, Dr. Carlos Pereira, Celeste Costa

âmbito do actual Conselho Nacional de Reabilitação (alargado e sem poderes deliberativos).

Participámos no 15.º Congresso da RI por convite do secretariado do próprio congresso e da representação holandesa que nos convidou para colaborarmos com eles. Apresentámos neste congresso o nosso diaporama que reflecte o espírito da cooperativa e a maneira como visualizamos o problema do deficiente em Portugal.

Faz parte também das nossas actuações, a colaboração com o Grupo Dinamizador de Chelas e fomos nós, um grupo de deficientes os primeiros a incentivar e impulsionar as actividades que com a comunidade de Chelas se pode desenvolver.

### Estrutura e funcionamento da CNAD

Com cerca de 16 cooperantes em regime voluntariado, e aproximadamente 400 sócios beneficiários e graves problemas de financiamento, a CNAD funciona numa casa alugada pela CML por 3140 escudos sujeita esta renda a ser aumentada de 17 %.

Nós temos aquilo a que chamamos os cooperantes, pessoas que desde o início e aquelas que forem agregadas posteriormente têm um determinado estatuto na cooperativa; podem ser eleitos para os órgãos sociais e têm a responsabilidade estatutária de uma determinada prestação de trabalho. Esses cooperantes são as pessoas mais conscientes entre os defi-

# HÁ 10 ANOS

## NUM GRANDE ESPAÇO INICIOU-SE A DISCUSSÃO MÍNIMA SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

Com a criação e implantação da ADFA, há 10 anos, abriu-se um grande espaço onde passaram a ser minimamente discutidos os problemas da marginalização dos deficientes e da sua integração social.

A ADFA não surgiu como uma organização corporativa, empenhada apenas na resolução dos problemas materiais mais imediatos de uma certa casta de deficientes — os Deficientes das Forças Armadas. Surgiu antes imbuída de um espírito mais amplo e com uma dimensão mais alargada. Para além da resolução desses problemas materiais mais imediatos, nomeadamente a questão das pensões ou indemnizações como reparação pelos danos sofridos, a ADFA baseou a sua intervenção pública e a sua prática interna na defesa do deficiente enquanto pessoa considerada diferente, configurada na mente dos outros como inferiorizada em relação à pessoa padrão.

A ADFA foi um amplo espaço subitamente aberto, onde cada qual pôde sacudir o seu próprio fardo para, em conjunto, numa união de esforços, todos levantarem o fardo colectivo, procurando, ao mesmo tempo e também numa acção conjunta, encontrar forma de tornar esse peso mais leve. Esse peso, o da marginalização, seria aliviado à medida que se fosse obtendo a compreensão dos outros, à medida que a integração social fosse sendo uma realidade.

Mas transformar em acção conjunta o somatório das penosas tarefas individuais na luta contra a marginalização era empreendimento novo. Habitados que todos estávamos ao isolamento naquela sociedade fechada, teríamos então que reformular os nossos hábitos para trabalhar em conjunto. E era esse o caminho a seguir, o único capaz de levar à remoção das barreiras da integração social.

Tratava-se, pois, de agir em conjunto. E acção em conjunto foi logo a própria criação da ADFA, como agir em conjunto era cada acto associativo. Mas antes de agir havia que pensar, que discutir, que equacionar. Era necessário, em primeiro lugar, para além do conhecimento intuitivo, confirmar que os problemas de cada um diziam respeito a todos, que todos comungavam dos mesmos sentimentos e dos mesmos ideais, que todos tinham em vista os mesmos objectivos. Era necessário verificar se marginalização e integração social tinham o mesmo significado para todos.

Esta necessária discussão obteve uma certa prioridade nos primeiros tempos da Associação. A designada na altura Comissão de Reabilitação, constituída por um grupo de sócios mais disponíveis, começou, logo nos primeiros meses, a equacionar os problemas que à generalidade dos Deficientes das Forças Armadas em particular e a todos os deficientes em geral se põem na luta pela almejada integração social. Foram bem aproveitadas as horas gastas nesta discussão. Foi logo aí que se construíram ideias, definiram princípios e apontaram objectivos que haviam de balizar a acção futura da ADFA, não só internamente, como na sua expressão pública.

Essa comissão inicial de reabilitação foi o embrião dos futuros serviços da Associação mais directamente ligados à problemática da integração social, nomeadamente o Departamento de Reabilitação e Apoio Social, o Departamento de Educação e Cultura e o Departamento de Dinamização. O «Elo», cuja programação nunca passou por essa comissão, viria a denotar, nos primeiros tempos, na desfazamento entre o seu conteúdo e a actividade daqueles serviços. Enquanto os referidos serviços centravam a sua acção exclusivamente na temática da reabilitação e da integração social, o «Elo» não só não reflectia essa mesma acção, como privilegiava questões com uma carga política. Mais tarde viria a estabelecer-se a necessária sincronização entre a real actividade interna da Associação e o divulgado pelo seu órgão de informação.

Aquela comissão inicial, ao transformar-se em departamento viu cumprida uma importante tarefa, mas, com essa mesma transformação, criou um vazio que até hoje ainda não foi preenchido neste espaço de discussão, análise e equacionamento dos problemas dos deficientes que deve ser a ADFA. À imaginativa Comissão de Reabilitação sucederam serviços competentes, mas burocratizados na acção e estéreis na criação. Sem a necessária permanente discussão alimentadora da sua acção, tornaram-se rotineiros e menos profícuos. Especializaram-se em alguns tipos de problemas, criaram uma matriz de soluções e por aí ficaram.

Relembrar hoje, passados 10 anos, os méritos de uma simples comissão, sem técnicos nem especialistas, apenas com o saber de experiência feito, ou melhor, com saber

resultante dos problemas sentidos, não deixa de ser oportuno, porque numa altura em que se pretende finalmente instruir na Associação essa necessária comissão de integração social. Da discussão mínima, em 1974, neste grande espaço que é a ADFA, a uma agora mais sistemática e mais elaborada discussão vão 10 anos de experiências, saber e decepções acumuladas, que tornarão, por um lado, mais urgente esta tarefa e, por outro, a facilitarão.

Aquela discussão mínima, em 1974, foi suficiente para definir princípios, traçar linhas e apontar objectivos que não envergonharam nem envergonham ainda hoje a Associação. Bem pelo contrário, daí nasceu um corpo de ideias que foram outras tantas sementes lançadas na opinião pública e nos gabinetes fechados dos técnicos da reabilitação, que germinaram e conferiram à ADFA a autoridade de que hoje disfruta no mundo da reabilitação. Novas ideias e novas sementes serão agora necessárias, neste momento em que a paisagem da nossa reabilitação é cada vez mais desoladora.

Temos, pois, agora, como tivemos em 1974, a responsabilidade, perante nós próprios, perante todos os deficientes e perante o País, de darmos um novo alento, com a nossa enriquecida experiência, à discussão pública das questões da integração social dos deficientes. Para isso, a ADFA terá que ser uma voz ainda mais autorizada, revelando, na sua expressão, imaginação, criatividade e perfeito conhecimento dos reais problemas dos deficientes. E essa expressão só poderá ser a resultante directa de uma discussão e acção internas produtivas.

## I CONGRESSO DE SEXOLOGIA

Realizou-se nos dias 8, 9 e 10 de Novembro passado o I Congresso Nacional de Sexologia.

Foram convidadas dezenas de pessoas que durante estes três dias abordaram os múltiplos aspectos e problemas da sexualidade do indivíduo.

Das 9 h. às 11.30 h. do dia 10 debateu-se o problema da Sexualidade do deficiente.

O dr. Jacques Waynberg, presidente da organização de Sexologia do Deficiente,

iniciou o tema com uma conferência subordinada ao tema «Sexualidade no Deficiente».

De seguida houve uma mesa com o mesmo tema que teve como moderadora a dr.ª Maria de Lurdes Faria do Secretariado de Reabilitação.

Como intervenientes participaram o dr. Evaristo da Fonseca, fisiátra do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, o dr. Sousa Sampaio, urologista, chefe da clínica dos Hospitais Ci-

vis de Lisboa, o dr. Júlio Pêgo, psiquiatra do Hospital Júlio de Matos, a dr.ª Cristina Louro, socióloga do Centro de Parellisia Cerebral e finalmente o Rui e eu.

Creio que foi muito importante o ter-se abordado o problema da sexualidade do deficiente, porque ainda há muita gente que acredita que indivíduos com certos tipos de deficiências, refiro-me especialmente aos de lesão vertebro-medular, são incapazes sexualmente.

Sou casada há nove anos com um paraplégico e no congresso o Rui e eu apresentámos um testemunho da nossa vida sexo-afectiva.

O que pretendemos transmitir foram as conclusões a que temos chegado fruto da nossa experiência e dos conhecimentos que temos adquirido.

É sempre possível conseguir um relacionamento sexo-afectivo satisfatório ou até bom, mesmo sendo um dos cônjuges paraplégico, no nosso caso o homem.

Se a mente desempenha um papel fundamental na sexualidade do indivíduo, o paraplégico, ou qualquer outro deficiente tem que acreditar na sua capacidade de se realizar sexualmente.

É importante que o deficiente tenha uma boa informação sexual e uma ajuda eficaz para que ele consiga compensar as capacidades perdidas reencontrando-se de novo e tendo a coragem de se assumir como indivíduo válido e capaz de uma vida sexo-afectiva.

Na altura em que o Rui e eu começámos a namorar faltou-nos todo este apoio e foi por isso que dois anos depois o Rui não teve coragem de assumir o amor e pôs fim ao nosso relacionamento.

Apercebi-me de que ele tinha dúvidas sobre o que seriam as suas possibilidades de vida sexual e nessa altura eu não consegui nes-

te país nada que pudesse ler sobre o assunto, nem ninguém que me elucidasse.

Resolvi ir até Inglaterra onde passei três anos a contactar com deficientes e médicos da especialidade e só depois de esclarecidas as nossas dúvidas consegui ter o Rui de volta.

Travámos uma luta muito grande, mas reconheço que valeu a pena.

Se um dia o nosso casamento falhar creio que isso não vai ser por problemas de ordem sexual, nem pelo facto do Rui ser deficiente porque ele tem sido um companheiro óptimo.

Sinto que neste país muito pouco se tem feito para esclarecer os deficientes sobre questões de ordem sexual e esse é sem dúvida um problema que os aflige.

Espero que este congresso tenha sido um passo em frente e que a partir de agora as pessoas comecem a encarar o problema mais a sério, sem tabus, preconceitos ou falsos pudores.

Ficou bem claro neste congresso que existe sexualidade no deficiente, que é necessário dar-lhes uma boa informação, reeducá-los sexualmente, e para que a sua vida sexual seja gratificante é necessário que exista uma forte ligação afectiva.

A propósito da sexualidade do deficiente eu não posso deixar de mencionar o trabalho que tem estado a ser realizado pelo dr. Sousa Sampaio. Creio não estar a cometer nenhum erro se afirmar que ele tem sido a pessoa mais sensível ao problema da sexualidade do deficiente e que mais tem feito para os ajudar.

O dr. Sousa Sampaio conseguiu após alguma luta uma consulta semanal no Hospital Curry Cabral de Uro-Sexologia do Deficiente.

(Continua na 7.ª pág.)

## JANELA INTERIOR

### ● CONCLUSÃO: ASSUMIR O DIREITO À SATISFAÇÃO DAS PULSÕES SEXUAIS

### ● VAMOS ABRIR O DIÁLOGO SOBRE A SEXUALIDADE?

Consideramos que os dez artigos fecham um ciclo, a que chamaremos de Sensibilização.

Julgamos assim, ser o momento de se fazer uma reflexão sobre o «como» e o «porquê» do que foi escrito, ao longo destes meses.

Quando se escreve para uma revista ou um jornal não especializado, o que é o caso, abrange-se uma faixa de leitores com características, aptências intelectuais e motivações muito diferentes.

Assim, ou se escreve numa linguagem técnico-científica, privilegiando uma estreita percentagem de leitores, ou se opta por tentar captar uma vasta audiência, e então utiliza-se uma linguagem mais acessível a todos.

Nos nossos encontros mensais tentámos uma solução de compromisso, pois consideramos ser mais importante «como se diz», em detrimento do «que se diz».

O nosso principal objectivo, que esperamos ter alcançado, foi o da aceitação natural e desmistificada da existência das pulsões sexuais, e do direito desdramatizado à sua satisfação.

Como estratégia, recorremos a várias linhas de força, que passaremos a enunciar:

1. A importância da Sexualidade no desenvolvimento psico-sócio-afectivo do ser humano, desde o nascimento (Art. n.º 2)
2. A destruição dos mitos (Art. ns 3, 5)
3. A inseparabilidade do sexo e da afectividade, pois

uma relação afectivo-sexual saudável, exige dar e receber (Art. n.º 4)

4. A não aceitação de modelos, na prática sexual (Arts. 6, 7, 8)

5. A necessidade e importância de informação sexual (Arts. 9 e 10)

Julgamos estarem criadas as condições mínimas, para se iniciar o diálogo sobre estas questões.

Temos um compromisso inadiável com o leitor, ao qual não nos furtaremos, no que diz respeito à nossa disponibilidade.

Poderíamos materializar o nosso diálogo, através de um conjunto de momentos, simultâneos e precedentes, tais como a realização de um Colóquio, um Correio de Leitores que funcionaria alternadamente com outro ciclo de artigos, e outras formas de comunicação.

Gostaríamos de conhecer a opinião do(a) leitor(a) sobre as nossas sugestões, assim, aguardamos a sua indispensável opinião.

### CORREIO DE LEITORES SOBRE SEXUALIDADE

Comunicamos aos nossos sócios e leitores que a colaboração do dr. J. P. Valente dos Santos, Psicólogo e Sexoterapeuta, se vai alargar com a abertura de uma rubrica tipo «correio dos leitores», no âmbito da qual os nossos sócios e leitores se poderão dirigir por escrito ao dr. J. P. Valente dos Santos, publicando nós para o devido efeito a sua morada: J. P. Valente dos Santos, R. D. Angela Tamagnini, 11, r/c, Esq.; 2300 TOMAR

Na sequência do Ano Internacional do Deficiente, foi instituído em Portugal o Dia Nacional do Deficiente, comemorado todos os anos no dia 9 de Dezembro.

Com os problemas dos deficientes bem na cauda das preocupações nacionais, esta data teve, como era de esperar, a correspondente irrelevância. Sobressalou apenas uma sessão solene, no dia 7 de Dezembro (por o dia 9 ser domingo), organizada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, com destaque para o facto de a voz dos deficientes ter sido ouvida ao lado da voz das entidades oficiais. Mas estas, presentes apenas ao nível mais elevado de secretário de Estado, nível denotador da importância dada à reabilitação. Chegou-se a crer quase o primeiro-ministro estaria presente, ou, pelo menos, o ministro de Estado.

Não foram animadoras nem incentivadoras, nessa sessão, as palavras do secretário de Estado de que depende o Secretariado Nacional de Reabilitação, vindo criar uma sensação de estranheza e certa confusão nos deficientes.

## NA SESSÃO SOLENE

# MUITAS LAMENTAÇÕES NO PRESENTE E POUCAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O ponto alto (e praticamente único) das comemorações do Dia Nacional do Deficiente foi a sessão solene realizada no dia 7 de Dezembro, às 10 horas, no auditório do edifício das Telecomunicações, em Lisboa.

A sessão foi presidida pelo secretário de Estado adjunto do ministro de Estado, dr. Anselmo Rodrigues, de quem depende directamente o Secretariado Nacional de Reabilitação. Presentes nesta sessão solene o secretário de Estado das Comunicações, o secretário de Estado dos Desportos e o secretário Nacional de Reabilitação. Além destas entidades estiveram também na mesma represen-

tantes da ADFA, Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais (APPACDM).

A sessão não foi pública. Foi destinada apenas a convidados. Esta a razão porque a assistência não era muito numerosa. Era constituída essencialmente por técnicos e trabalhadores da reabilitação, especialmente do Secretariado Nacional de Reabilitação, e alguns membros de associações de deficientes. Entre a assistência encontravam-se presentes os antigos secretários Nacionais de Reabilitação, nomeadamente, a dr.ª Maria João Allen de Vasconcelos e o cor. Villalobos.

um motivo de frustração, por, a partir de algum tempo a esta parte, o Secretariado se ter transformado num mero serviço semelhante a tantos outros, caracterizado pela impotência e inoperacionalidade. O capitão Lopes Dias lamentou o facto de não ter ainda sido aprovada a nova lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, o que denota uma clara falta de vontade política do Governo. Não se compreende, realçou, como é que, passado mais de um ano sobre a nomeação do novo Secretário Nacional de Reabilitação, a nova lei orgânica ainda não tenha sido aprovada, contrariando, inclusive, o previsto no programa do Governo. O representante da ADFA salientou que, para além das obrigações do Estado, terão também os deficientes que

evidenciar a força que realmente têm, o que, no nosso país, não conseguiram ainda. Não foram ainda capazes de dar corpo e expressão a essa grande força latente, mantendo-se ainda à mercê de formas ultrapassadas de tratamento.

Terminou, dizendo que o facto de Portugal dispor de recursos limitados não pode ser eterna justificação para o protelamento da resolução dos problemas dos deficientes, assim como não pode justificar a falta de vontade dos responsáveis nesse sentido.

O presidente da direcção da APPACDM referiu-se quase exclusivamente às actividades da sua Associação e problemas específicos dos seus associados, ignorando as grandes questões tratadas pelos dois oradores que o precederam.

## Secretário Nacional de Reabilitação lamentou que o esforço do secretariado não seja compreendido por parte dos responsáveis de alguns departamentos

O Secretário Nacional de Reabilitação Bobela Mota, fez uma intervenção de fundo, bastante extensa, mas mais descritiva do que centrada em realizações para o futuro.

Todo o seu discurso foi iluminado pela filosofia das Nações Unidas em matéria de Reabilitação, começando, por salientar que a escolha do dia 9 de Dezembro para Dia Nacional do Deficiente ficou a dever-se ao facto de se querer assinalar a data em que a Assembleia Geral daquela organização internacional aprovou a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente.

Depois de se interrogar se na sociedade em que vivemos «alguns (mesmo que a maioria) definiram as regras do jogo da vida e aqueles que não se adaptam a elas serão irradiados», Bobela Mota adiantou que «estamos hoje aqui porque pensamos) que é possível alterar essas regras, de modo a que todos possamos ter iguais oportunidades de viver».

A maior parte do discurso do Secretário Nacional de Reabilitação foi preenchido pela enumeração dos objectivos fundamentais do Programa Mundial de Acção das Nações Unidas para a Década dos Deficientes. Desses objectivos, nós realçamos aqui a participação das pessoas deficientes nas tomadas de decisão, a valorização da acção a nível comunitário e a informação e educação do público. Bobela Mota disse que Portugal foi um dos países que se

Quando o Dia Nacional do Deficiente deveria ter sido oportunidade para o Governo, com voz autorizada, clarificar a sua posição, reavivando a esperança e entusiasmo dos deficientes, foi antes motivo de perplexidade. O próprio secretário Nacional de Reabilitação não conseguiu dar alento à esperança num futuro imediato melhor.

O discurso das associações de deficientes, bem dirigido ao Governo, foi, como não poderia deixar de ser, bastante contundente.

Outras actividades, a assinalar o Dia Nacional do Deficiente, praticamente não houve. Apenas uma exposição no Secretariado Nacional de Reabilitação, também no dia 7, um curto e pouco feliz programa na televisão uns dias antes, mas que teve o mérito de dar a palavra aos representantes dos deficientes, e uma conferência de imprensa promovida na ADFA por oito associações de deficientes. Referimo-nos a seguir a alguns destes acontecimentos mais desenvolvidamente.

nomeadamente a composição do Conselho Nacional de Reabilitação e suas competências, referiu que «seja qual for o modelo adoptado para esse Conselho Nacional, só será possível o cum-

primento de um programa coerente e eficaz se existir, de facto, uma vontade sincera e determinada de resolver o problema da integração das pessoas deficientes».

## Secretário de Estado adjunto do Ministério de Estado desvalorizou participação dos deficientes

O secretário de Estado adjunto do Ministro de Estado fez uma intervenção que, embora breve, agradou pouco às associações presentes. Pós a tónica na não necessidade absoluta de nova lei orgânica para o Secretariado Nacional de Reabilitação, podendo ser adoptadas medidas mesmo sem essa lei. Realçou o estatuto de organismo do Estado do Secretariado, bem diferente do de uma associação de deficientes, procurando, deste modo, a desvalorização interferência dos deficientes na sua organização interna, nomeadamente quanto ao tipo de lei orgânica de que deve ser dotado.

Foi com a maior estranheza que as palavras do sr. secretário de Estado foram registadas, já que contrariam toda a abertura que até aqui parecia existir por parte do Governo, no sentido de garantir a realização de um dos mais caros direitos dos deficientes — o direito à participação, bem realçado pelas Nações Unidas com a comemoração do Ano Internacional do Deficiente.

Depois da sessão solene, no mesmo edifício ainda, realizou-se uma cerimónia de entrega de dois computadores, um à Associação Portuguesa de Surdos e outros à Associação Portuguesa de Criatividade.

## Representante da APD acusou o Governo de falta de vontade política para resolver os problemas dos deficientes

A primeira intervenção foi do presidente da direcção do APD, dr. Lampreia, seguindo-se-lhe a do presidente da ADFA, cap. Lopes Dias e do presidente da APPACDM. A intervenção de fundo foi da responsabilidade do secretário Nacional de Reabilitação, a que se seguiu uma curta intervenção do secretário de Estado adjunto do ministro de Estado.

O representante da APD teve insistentes críticas ao Governo, acusando-o de manifesta falta de vontade política para resolver os problemas dos deficientes. Apontou o facto de o decreto-lei sobre trabalho protegido continuar por regulamentar; de os projectos sobre a quota obrigatória e acesso dos deficientes à Função Pública continuarem na gaveta; de a lei do ensino especial continuar por regulamentar e de a aplicação do regulamento geral das edificações urbanas acabar de ter sido adiado pela sexta vez.

Depois de acusar o Go-

verno de tentar «esconder os reais problemas dos deficientes», não implementando a sensibilização da população e mantendo «os mass-media praticamente interditos aos representantes dos deficientes», o presidente da direcção da APD referiu-se expressamente ao Secretariado Nacional de Reabilitação, dizendo que «os representantes legítimos dos deficientes continuam a ter um papel meramente consultivo no Conselho Nacional de Reabilitação, quando já o tiveram deliberativo», marcando a seguir a sua preocupação por a nova orgânica ainda não ter sido aprovada. Agora numa crítica directa ao próprio Secretariado Nacional de Reabilitação, disse que este organismo «tem vindo sucessivamente a perder importância na hierarquia do Estado» e que «o secretário Nacional não tem mostrado ser o defensor dos direitos dos deficientes, limitando-se a aceitar a política de factos consumados do Governo».

## Representante da ADFA: «O Secretariado Nacional de Reabilitação foi semente de esperança, mas hoje é motivo de frustração.»

O representante da ADFA começou por lamentar a ausência dos altos dignatários dos Órgãos de Soberania, o que denota que o problema dos deficientes continua a ser um problema menor.

Depois de fazer uma referência às actividades da ADFA e à luta em que está empenhada para garantir a integração social dos Deficientes das Forças Armadas, o presidente da direcção central salientou que essa mesma integração não

se esgota na realização dos direitos conferidos através de uma indemnização, face a danos sofridos, passando antes pelo funcionamento eficaz de estruturas de reabilitação e adopção das necessárias medidas para todos os deficientes. Salientou, assim, a importância do Secretariado Nacional de Reabilitação, que nasceu em 1977 muito como resultado do querer da ADFA, tendo sido na altura semente de esperança, mas hoje

## EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 9 DE DEZEMBRO



Durante a exposição no SNR

A exposição comemorativa do 9 de Dezembro foi realizada pelo S. N. R. nas suas instalações na Rua Conde de Valbom, foi inaugurada às 16 h. pelo secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado Anselmo Rodrigues.

Na exposição participaram a ADFA — que ocupou um espaço bastante grande —, a APD, APDR, APO, APS, ACNP, ACLB, LCJD, ASBIHP, FRMS para além de uma exposição do próprio SNT onde era dada uma perspectiva do funcionamento daquele organismo.

Destacamos a presença de Raquel Rodrigues do Centro de Segurança Social de Lisboa, de Alda Castro da Direcção Geral da Higiene e Segurança no Trabalho e ainda dois representantes da Direcção dos Serviços de Reabilitação do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No mesmo local da exposição, numa sala de muito exiguas dimensões, foi projectado o diaporama da ADFA que foi no final muito aplaudido manifestando os presentes desta forma o seu agrado pelo trabalho da nossa Associação.

# O DO DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

## OITO ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES DERAM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A assinalar o Dia Nacional do Deficiente, oito associações de deficientes, entre as quais se encontrava a ADFA, leram, no dia 5 de Dezembro, uma conferência de Imprensa. Este encontro com os órgãos de informação, à semelhança do que sucedeu no ano passado, realizou-se na sede da ADFA e teve como objectivo marcar a posição destas organizações face ao momento que actualmente se vive em Portugal no que respeita à reabilitação, muito especialmente a política de reabilitação do Governo.

Para além da ADFA, associaram-se a esta iniciativa a Associação Portuguesa de Surdos, Liga de Cegos João de Deus, Associação de Pais e Amigos para a Educação de Crianças Auditivas, Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes, Associação Portuguesa de Ostimizados, Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais e Associação de Protecção às Crianças Autistas.

As oito organizações promotoras da conferência de Imprensa subscreveram um comunicado dirigido aos órgãos de informação, que a seguir transcrevemos na íntegra, onde manifestam a sua preocupação perante a morosidade na aprovação da nova lei orgânica — do Secretariado Nacional de Reabilitação, o que, por si, parece ser sintoma de uma falta de vontade política do Governo para levar na devida consideração os problemas das pessoas com deficiências.

Para além do conteúdo do comunicado, os representantes das organizações presentes tiveram oportunidade de apresentar, individualmente, as suas posições específicas, além de aproveitarem para divulgar os seus próprios objectivos e principais preocupações e actividades de momento. A ADFA limitou-se a fazer uma apresentação global da situação actual dos deficientes em geral, sem descer ao pormenor da situação específica dos Deficientes das Forças Armadas. Mas algumas das outras organizações aproveitaram a presença dos jornalistas (da Agência Notícias de Portugal, do Diário de Notícias e da RDP) para falarem dos seus problemas próprios. Problema comum a todas é a falta de apoio do Estado. A Liga de Cegos João de Deus, no que respeita à manutenção da sua própria estrutura, já que o subsídio oficial que vem recebendo é insuficiente. A Associação Portuguesa de Ostimizados, quanto ao fornecimento de sacos, de que os seus membros necessitam permanentemente e para cuja compra vêm recebendo uma comparticipação insuficiente. A Associação de Protecção às Crianças Autistas realçou a falta de apoio para a implantação necessária de centros em diversos pontos do País, para além dos actuais em Lisboa e Porto, a fim desta Associação poder fazer uma cobertura de todo o território. Perante a falta de apoio do Estado, tem-se sentido na necessidade de recorrer

a pedidos, o que, por princípio, lamenta.

Outras associações apresentaram mais dificuldades com que se debatem e todas puseram a tónica no facto, lamentável, de o Estado não ter ainda assumido o problema dos deficientes.

No diálogo que se travou entre os representantes das associações e os jornalistas foi afluída a questão da organização dos deficientes de molde a constituírem-se em força de pressão capaz de levar o Governo a adoptar uma política correcta de reabilitação. À hipótese de criação de uma federação, por exemplo, apontada por um jornalista, foi respondido pela mesa que, de facto, os deficientes, em Portugal, ainda não souberam dar expressão e corpo à sua enorme força latente, o que é de lamentar e é também factor responsável pelo alheamento dos governos.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o comunicado subscreto pelas oito associações e que foi distribuído aos jornalistas.

### Comunicado à Imprensa

No dia 9 de Dezembro comemora-se em Portugal o Dia Nacional do Deficiente. O Dia Nacional do Deficiente foi instituído na sequência do Ano Internacional do Deficiente, comemorado em 1981 em todo o mundo, por iniciativa das Nações Unidas, e que teve como objectivo chamar a atenção da opinião pública para os reais problemas dos deficientes, sensibilizar a sociedade para a sua aceitação e responsabilizar os governos pela promoção da sua integração.

No Dia Nacional do Deficiente, em Portugal, três anos depois, continua a ser oportuno realçar os objectivos do Ano Internacional do Deficiente. É-o, porque, apesar das movimentações que se vêm verificando por todo o lado, patrocinadas pelas mais altas instâncias, nomeadamente pelas Nações Unidas, que proclamaram recentemente a década dos deficientes e divulgaram um programa de acção mundial, com grande receptividade pela comunidade internacional, aqui, em Portugal, continua-se a ignorar a realidade das pessoas deficientes, insensível às suas aspirações, surdo às suas solicitações, ludibriando a disponibilidade e solidariedade dos outros com pedidos e campanhas caritativas, eternizando assim a sub-condição dos que estão condenados à dependência das boas vontades do seu semelhante.

No nosso País comemorou-se envergonhadamente o Ano Internacional do Deficiente, fazendo a seguir letra morta do seu ambicioso lema — «total participação e igualdade». Portugal foi anfitrião do XV

Congresso da Rehabilitation International, mas não passou, de facto, de hospedeiro, não participando activamente nas discussões nem promovendo a seguir qualquer aproveitamento teórico ou prático das conclusões aí encontradas.

Em 1977, foi criado o Secretariado Nacional de Reabilitação, um avançado organismo planificador e coordenador da reabilitação, com a participação directa dos deficientes no seu órgão deliberativo, mas nunca chegou a dispôr dos necessários

dos deficientes. Essa expectativa foi alimentada ainda com a nomeação de um novo Secretário Nacional de Reabilitação, em Setembro de 1983, e com as suas declarações sobre o início de uma nova fase na política de integração social. Essa expectativa transformou-se em algum entusiasmo com a elaboração de nova lei orgânica para o Secretariado Nacional de Reabilitação, para cuja feitura as Associações de deficientes contribuíram e onde se prevê a reposição do princípio da sua partici-

empenhado há mais de um ano quase exclusivamente na elaboração da sua nova lei orgânica, corre agora o risco, se a lei não for imediatamente aprovada, de ser responsabilizado por mais este tempo de inoperância, contribuindo decididamente para a manutenção e agravamento da marginalização de muitos milhares de deficientes.

Pretendemos que a comemoração do Dia Nacional do Deficiente seja uma oportunidade para lançar um desafio à vontade política do Governo, exigindo uma

Pretendemos também que a comemoração do Dia Nacional do Deficiente seja um apelo à reflexão por parte da população, a fim de que se valorizem os grandes problemas materiais e psíquicos com que se debatem as pessoas com deficiências, abrindo-se caminho para uma mudança positiva de atitudes. Pretendemos que a comemoração do Dia Nacional do Deficiente seja mais uma oportunidade para os próprios deficientes se consciencializarem da urgente necessidade de valorizarem e aproveitarem a sua capacidade organizativa, passando de objecto passivo de ontem a sujeito activo de amanhã no processo da integração social, apontando o comportamento correcto da sociedade e os deveres do Estado. Finalmente, pretendemos que o Dia Nacional do Deficiente seja muito especialmente encarado pela informação e seus profissionais como um ponto de partida para um tratamento mais frequente, mais aberto e mais profundo destas questões dos deficientes e da sua integração social.

As Associações signatárias deste documento aproveitam também a passagem do Dia Nacional do Deficiente para estreitarem ainda mais os laços que as unem e cerrarem ainda mais fileiras em defesa dos interesses dos deficientes que representam.



Durante a conferência de Imprensa

meios e condições para exercer as suas competências e cedo foi esvaziado de todo o seu conteúdo, com o afastamento dos deficientes do centro de decisão.

Com o associativismo sem o necessário apoio do Estado e em alguns casos atrofiado por interesses partidários, incapaz, em muitas áreas e aspectos, de realçar perante o País a real situação dos deficientes; com a opinião pública alheada, sem dinamização nem discussão dos problemas da reabilitação, antes anestesiada com as doses periódicas de campanhas de caridade; com os sucessivos governos demitidos das suas obrigações; com os órgãos de informação a respeitarem o tabu que ainda é a questão dos deficientes; com tudo isto, dentro da crise que a quase todos os cidadãos atinge, vai-se avolumando o fardo que cada deficiente e suas famílias suportam, material e psicologicamente, sem que a comunidade esboce um gesto para aliviá-los.

Têm mudado os governos, mas a falta de vontade política para promover a integração social dos deficientes mantém-se. O actual governo inscreveu no seu programa alguns objectivos apreciáveis sobre a reabilitação, geradores de uma certa expectativa por parte

pação no Conselho Nacional de Reabilitação, a recuperar agora os seus poderes deliberativos e a ver alargadas as suas competências. Nesta nova lei orgânica prevê-se ainda a regionalização do Secretariado, institucionalizando-se a discussão dos problemas da reabilitação a nível de todo o País. Dignifica-se ainda o próprio organismo, ao se prever a categoria de Secretário Nacional de Reabilitação equiparada à de Secretário de Estado. Internamente, prevê-se a reestruturação do Secretariado, de molde a poder ser o instrumento eficiente para a definição e execução de uma política nacional de reabilitação, exercendo a coordenação efectiva de todas as acções decorrentes pelos diferentes departamentos. Valoriza-se, finalmente, a acção dinamizadora e sensibilizadora da opinião pública, no sentido de toda a comunidade conhecer e assumir o problema da integração social dos deficientes na sua realidade e prioridade.

Mas a expectativa e entusiasmo estão a transformar-se em decepção, desânimo e até revolta, perante a morosidade da aprovação da lei. Começa-se a sentir a falta de vontade política do Governo.

O Secretariado Nacional de Reabilitação.

justificação pública do protelamento da aprovação da lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

## I CONGRESSO DE SEXOLOGIA

(Continuação da pág. 5)

É uma luz no fundo do túnel.

Foi também com um certo regozijo que li os artigos que tem escrito o Dr. Valente dos Santos para este jornal. Mostra que está por dentro do problema, sabe abordá-lo e acho que deve continuar.

Recebemos um convite do dr. Waynberg para participar no próximo Congresso

de Sexualidade do Deficiente que se realizará no próximo mês de Maio em Nice.

O facto do indivíduo receber e dar amor, independentemente da sua deficiência, ajuda-o a sentir-se um ser humano completo.

Amar e dar amor é mais importante do que ser deficiente.

Maria Leonarda e Rui Morgado Alves Arganil 22462

## VENDE-SE TERRENO

Próximo da praia, bons acessos, condições adequadas ao seu descanso, especialmente em tempo de férias. Dá para fazer pequena quinta, ou venda em lotes. Ligue hoje mesmo para o Telef. 334485, a partir das 20 h.

## VELOCIPÉDICA LOPES

de FARINHO LOPES

### BICICLETAS DE COMPETIÇÃO E RECREIO

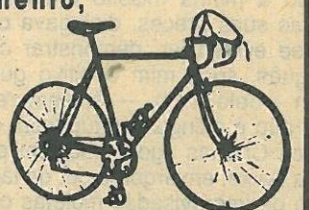
LOJA E OFICINA:

B.º do Fundo de Fomento, Lote 61, r/c

MONTE DA CAPARICA

Telef. 2951576 — ALMADA

Descontos a sócios da ADFA e assinantes do «ELO»



# RESIDENTES DO LAR MILITAR FALAM-NOS DE SI E DO NATAL

O Natal, como quase todas as nossas festas e feriados num calendário marcado pelo Cristianismo, cujas datas se referem ao tempo Antes do Cristo (A.C.) e Depois de Cristo (D.C.), é uma festa religiosa. E entre as festas religiosas o Natal deve ser aquela que tem um significado mais universal, ela envolve no seu simbolismo quase todos os homens e a civilização ocidental de um modo mais particular ainda. O Natal pode ser visto como mais uma festa ou um feriado simplesmente, podemos rotulá-lo de «festa da família» e ver nele uma simples rotina, mas mesmo para os não-cristãos pode o Natal tornar-se um ritual digno de apreço porque ele transporta consigo um simbolismo profundo, um significado vital que faz vibrar as cordas daquilo a que os antigos chamaram a alma. Mais do que todos os outros rituais, julgo que o Natal transporta consigo valores que dão sentido à existência, julgo que o Natal reflecte uma dimensão das mais generosas e humanas do ser humano. É importante cada um descobrir em si o sentido profundo do Natal e construir o seu natal, a sua natividade, o que é também construir e festejar o nascimento da Humanidade.

Para nos ajudar a descobrir o sentido do Natal, para ser obrigado a pensar sobre o Natal, resolvemos falar com alguns dos nossos sócios que vão passar o seu Natal no Lar Militar, que tem estado desde a sua fundação sob a dependência da Cruz Vermelha Portuguesa. Dificuldades de mobilidade levam a que uma dezena de residentes do Lar Militar aí passem o seu Natal. Duas semanas antes do Natal, após passarmos a entrada do Lar Militar, já um pinheiro iluminado e um presépio, que mãos carinhosas terão disposto, nos assinalavam a época natalícia.

E para os leitores do «Elo» aqui fica um pouco da conversa que tivemos com o Vicente e o Dudó, dois dos residentes que costumavam passar o Natal no Lar Militar.

Praticamente na situação de acamado, ao primeiro contacto Mário Vicente parece-nos um homem conformado, mas no fundo é alguém revoltado e a quem o desencanto se sobrepôs à revolta. Em 1977 ainda era sócio da ADFA, mas também o desencanto se estendeu à Associação.

*Eu tornei-me sócio mais ou menos quando a ADFA tinha um ano de existência. Depois deixei de o ser. Não me agradava a forma como a Associação estava a agir. Durante o tempo de sócio quase nunca fui a uma assembleia geral ou extraordinária.*

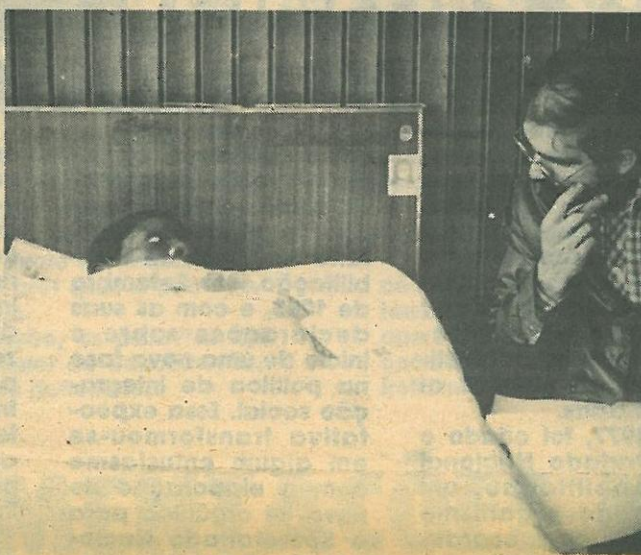
*Nessa altura andava em cadeira de rodas. Mesmo assim não me sentia motivado para assistir a qualquer assembleia. Em 1977 deixei de ser sócio.*

*Eu não ia lá, não posso saber o que me desagradava. Para falar com franqueza penso que os fundadores da Associação pensam primeiro neles, depois neles, neles, e só depois nos outros.*

*Isso levou-me a um certo desencanto. Nunca estive ligado à Associação, mas nada me fez ligar mais.*

*Sobre a sua situação, Mário Vicente diz que não pode reclamar na medida em que tem presente a maioria dos deficientes civis:*

*Não posso reclamar da minha situação porque estou aqui no Lar Militar e recebo 24 000\$00 mensais. Sou prejudicado em relação aqueles que conferem 33 000\$00 ou mais, mas não me posso queixar em relação à maioria dos deficientes civis que recebem apenas 5 000\$00 ou 6 000\$00. Mas não está nas mãos da ADFA ou da APD estabelecer o equilíbrio jus-*



Dudó falando para o ELO

*to, o que me parece que nunca virá a acontecer. «Está na cara!». Não ouvimos dizer a cada passo que o País está em crise?*

*Eu não tenho qualquer queixa aqui no Lar. Como tal a situação económica não é grave. Se estivesse lá fora a minha situação seria possivelmente muito mais grave. Seria impossível sobreviver.*

*Sobre o Natal, também Mário Vicente pouco se importa.*

*O meu Natal vai ser aqui. É muito raro passá-lo fora. Pode beber-se um copo a mais, mas de resto não há nada de especial.*

*Poderia passá-lo fora, mas sou de Setúbal, e as casas dos meus familiares não estão preparadas para isso, não têm condições, pois são andares.*

*O Natal aqui é um dia como os outros, nada de especial.*

*Nas épocas festivas, como o Natal ou a Páscoa, ficamos poucos aqui, não mais de uma dúzia. Os outros vão para casa, junto das famílias. Para mim, o Natal não tem qualquer significado especial.*

*Mário Vicente tem estado afastado da ADFA e até da*

*leitura do Elo, mas não está fechada à Associação.*

*Eu acho que não vale a pena ser sócio só por ser sócio... Pode ter as suas vantagens pois a ADFA toma posições a favor dos deficientes.*

*Já há muito tempo que não leio o vosso jornal, de qualquer forma o meu interesse é reduzido. Para além dos artigos sobre os Deficientes das Forças Armadas, talvez o vosso jornal se pudesse debruçar sobre os deficientes em geral.*

*Mas os sócios da ADFA têm de continuar, principalmente os que têm maiores responsabilidades. Devem continuar a fazer mais e melhor.*

*Dudó é natural da Guiné, ficou paraplégico em 1965 devido a um desastre da «viatura», desastre ocorrido em zona operacional. A situação, como nos disse, não é de alegria, mas ele ainda é capaz de encorajar os outros.*

*Enquanto a pessoa tiver a memória normal e pensamento normal, ainda é útil para a sociedade. Pode ajudar os outros moralmente. O sofrimento é a Natureza que abrange todos. As pessoas*

*que estão de saúde também sabem à sua maneira. Por eu sofrer na parte física, não quer dizer que eu seja inferior. Quando nos afastamos das pessoas, elas também não podem vir a saber as dificuldades que temos na vida. O sofrimento não tem nada a ver com o deixar de conviver.*

*Sobre a ADFA, Dudó diz-nos com um certo orgulho que sempre foi sócio e mostra-se confiante em relação a ela.*

*Eu sempre fui sócio, embora, nunca tenha ido à Associação. Só sei da Associação o que vejo no jornal. Se uma pessoa critica sem nunca lá estar, só pode falar sem conhecer e isso não pode fazer, se for sério.*

*Houve aqui muitas vezes reuniões e eu a essas reuniões fui sempre. Agora, já há muito que não há cá reuniões. A última foi talvez antes das eleições. Também já tenho votado.*

*Só queria que a Associação continue a defender os nossos interesses.*

*Eu penso que a ADFA deveria também procurar contactar com aqueles que nunca lá podem ir, que nunca podem sair para demonstrar o seu interesse, podendo só vir cá algum dos dirigentes. É diferente as coisas virem no jornal e serem faladas pessoalmente. Talvez assim as pessoas sintam mais confiança. Há muitos que dizem estar a pagar as quotas, mas pagam só por pagar, sem saberem para quê. Ainda há muitos deficientes que não são sócios porque não estão esclarecidos. É preciso que eles sintam que têm de participar na sociedade e lutar em conjunto. Quando cada*

*um se queixa sozinho dos problemas, é diferente de falar em conjunto. Ainda há muita gente que está por aí isolada, a lutar sozinho e sem saber por onde começar.*

*Muitos guinenses são mulçumanos, não tendo para eles o Natal o significado religioso cristão, mas Dudó é católico, convertido e baptizado já depois do acidente que o deficientou. Falou-nos assim do significado religioso e de família que o Natal tem.*

*O Natal aqui é feito pelos que cá ficam com um jantar conjunto para quem cá vem e os funcionários. Vem aí também acompanhar-nos o Director e o sr. Capitão.*

*O Natal tem um significado de família e também religioso. Para mim, é o dia em que a família se reúne, o que acontece uma vez por ano mas que devia ser de todos os dias. O Natal é importante para aqueles que têm pouca força e poucas possibilidades de encontrar a família, é mais importante isto para aqueles que só se lembram da família e dos amigos. O Natal tem um significado religioso e ele devia ser também Natal para aqueles que não acreditam em Deus, mas que também têm fé. Aquele que não tem fé em Deus, chega ao Natal e não depara com o Natal, com o nascimento de Cristo, mas reconhece que há mais qualquer coisa. Esse dia é para nós todos muito importante, é um dia de esperança, é um dia especial para os filhos e os pais, todos os filhos pedem ao pai uma prenda que Jesus lhes traga.*

## «PROPRIEDADES» DO NATAL

Funcionário Público, poeta, animador cultural e colaborador da ADFA desde alguns anos, nomeadamente em realizações culturais, recreativas ou de dinamização, Ângelo Teixeira, com um livro de poesia editado por sua própria conta e comercializado à módica quantia de menos de cem escudos, intitula deste modo o poema que a seguir se transcreve:

Di(ante)-câmara do distância com os olhos proibidos de chorar repito sem dizer quanto pouco disse meu companheiro.

Mais rápido que o aerograma.

A divisa do Natal.

## MONÓLOGO DE NATAL

# O COMENDADOR DOS CRENTES

Hoje vou à Missa do Galo. Acompanha-me a Manselinha e os irmãos ficam com a mãe, a preparar a festa... Tenho que chamar-lhe Festa, Ceia ou coisa assim, sabem como são os miúdos no Natal. Contentam-se com pouco e têm direito ao sonho. Só isso lhes damos. Vocês roubam um sonho às crianças? Claro que não! Esperem, não se levantem já, o Manel encerra isto mais cedo mas a nossa tertúlia pode ficar. Eu pago as bicas. Se quiserem pago até as bebidas. Quem me dá lume? Obrigado. Continuas fiel ao cachimbo, como na tropa. Cheira mesmo bem o teu tabaco, olha que ainda te aplicam algum imposto sobre objecto fumante! É verdade, com este ministro vais ficando isento... Também o Comendador dos Crentes fumava cachimbo. Mas antes de falar desse patusco, esperem lá... não vão à Missa do Galo? Ah! Perderam a fé? Não acreditam? Olhem, eu gosto de ver a velha Sé cheia de velas, cinzenta e fria, ouvir a música sacra, os cânticos, o sermão do bispo que é um atraso de vida... O ano passado? Não, o ano passado, ou no outro ano, não me lembro bem, enfim, na última missa, o bispo tinha o dom da palavra, eloquente, senhor de uma oratória viva, cativante, crítica. Falam sempre do Evangelho e fazem-me recordar o Comendador dos Crentes.

Sim, fui eu quem lhe pôs a alcunha, no dia em que me disse, com o seu ar de sultão orgulhoso, solene, acreditar no meu Cristo. Jesus é um Profeta, não tão importante como Mahomet, mas existiu e fez alguns milagres...

Se fez milagres! Aquele vimos nós, na véspera de Natal, ali isolados, o Comendador dos Crentes (para quê um guia, quando a minha missão era defender aquele barranco?) fazia as suas preces, dialogava com HallaH em alta grita, para se evidenciar, demonstrar cultura. Negava-se a falar português, só a mim o altivo guerreiro dava essa honra, porém — ele o diz — é, sempre foi, português. A minha pátria não é a língua portuguesa, direi eu, mas o Comendador dos Crentes agora não tem pátria: pede esmola numa rua da Baixa, envergonhado, de lágrimas nos olhos, suspendendo de improvisadas muletas o que resta do seu outrora imponente e atlético corpansil de fiel recitador do Alcorão...

Por vezes, ajoujado de ricos presentes, passa um notável político profissional, impante, nédio, gordo, cada dia mais gordo, com mulher perfumada, brunida, filha impertinente, versão do Gebo e a Sombra encenada em teatro absurdo. Não lhe dão nada, nem reparam, nem chateiam (como diz um estudante de Medicina, antigo fuço e agora anarca no Metro) um Secretariado Nacional da Venda Ambulante, bem recheado de técnicos doutores! Mas eu estava a falar do milagre, a Manselinha está com ar de sono, quase a dormir no meu braço, eu lhes conto: «Ora, naquela mesma região, havia uns pastores, que velavam e faziam de noite a guarda ao seu rebanho. E eis que apareceu junto deles um anjo do Senhor e a claridade de Deus os cercou, e tiveram grande temor». Pastores de pobres almas recolhidas entre as viaturas, dispostas em círculo, prontas a acender faróis, e o mísero abarracamento. Pastores velando até ao limite, aquele dia de juízo final, de estrondos, gritos, destroços, fumo, o inferno em noite de Natal. O Comendador dos Crentes bradava palavras que eu não entendia àquelas sombras pulando sobre os carros já a arder, arrasando tudo, cuspidos rajadas intermináveis. O Comendador dos Crentes, estendido a meus pés implorava-me que convocasse o meu Profeta Cristo. E o milagre deu-se: da claridade terrível de foguetes multicores surgiu-me um anjo, de boina verde, só vi a boina verde, mas ouvi-lhe a voz, segura, trovejante, imperativa, que tivesse calma, que os periquitos não morrem em noite de Natal. Depois, recordam-se, «o anjo disse-lhes: Não temais, porque eis que vos anuncio uma grande alegria que terá todo o povo». Foi ainda o milagre, foi Abril, meus velhos!

Venham daí à Missa do Galo, por favor, leva a Manselinha no teu colo, eu empurro a cadeira, vamos esquecer os degraus da Sé. Tu, dá cá o braço e acende novamente o cachimbo, gosto muito desse tabaco, fecha-me a bengala, obrigado. Manel, está tudo pago? Guarda o troco. Feliz Natal!

ANTÓNIO EMÍLIO SANTA-RITA

## CONCURSO

Mais um subsídio e 300 000\$00, que a Fundação Calouste Gulbenkian colocou à disposição da ADFA, para distribuir pelos grandes deficientes motores, e que se destinam à compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria.

Os sócios interessados, e que estejam abrangidos pelas normas do concurso, deverão candidatar-se até ao próximo dia 31 de Janeiro, dirigindo-se directamente à sede ou delegação a que pertencem.

Podem habilitar-se a este subsídio os sócios que tenham 60% ou mais de incapacidade e cuja deficiência justifique a necessidade permanente da utilização de viatura própria ou cadeira de rodas ou ainda triciclo motorizado.

Os sócios que se candidatarem terão de preencher um inquérito, na sequência do qual será determinado se beneficiará ou não do subsídio, bem como do respectivo montante.

Não podendo candidatar-se os sócios com incapacidade igual ou superior a 90% que tenham usufruído deste subsídio há menos de 5 anos, estando fixado um período de 10 anos para os restantes,

13/Dezembro/84.

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



# VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

## PORTO: FESTA DE NATAL NA SEDE

### — 10.º ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DO PORTO

A Delegação do Porto assinalou a passagem do seu 10.º Aniversário em 07-12-84 com um acto público para a entrega de Bolsas de Estudo a Deficientes que frequentam cursos Universitários, conforme notícia em separado, e com um jantar comemorativo que teve a presença dos elementos que compõem os Órgãos Sociais da Delegação, familiares destes e daqueles, bem como a quase totalidade dos colaboradores da Delegação.

Dos Órgãos Sociais Centrais apesar de convidados,

apenas a Mesa da Assembleia Geral Nacional se fez representar.

A Direcção Central e os trabalhadores da Sede enviaram Telegramas de Felicitações.

Os convívios de Natal que se irão realizar nos dias 15.16 e 22 de Dezembro, no Porto, Lordelo, Fafe, Chaves, Penafiel, Ponte da Barca, Vila do Conde, Vila Real, e Viana do Castelo, os quais contam com a adesão de cerca de um milhão de sócios, decorrerão ainda no âmbito deste 10.º Aniversário.

### — NOVOS NÚMEROS DE TELEFONE DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Aviaram-se os sócios que a Delegação do Porto, sofreu uma alteração no que respeita aos números de telefónicos.

Assim, dão-se a conhecer os novos números:

SERVIÇOS ASSOCIATIVOS — Telefone n.º 820744  
CENTRO OFICIAL DE

### — CENTRO OFICIAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS DE ÉVORA

A Delegação do Porto foi encarregada pela Direcção Central de proceder ao Estatuto do programa para a Implantação na Delegação de Évora, de um Centro Oficial de Meios Ortopédicos, com as características do existente no Porto.

Após alguns meses de estudo e diligências foi aquele programa concluído e entregue à D.C. em Julho do corrente ano.

Do referido programa indicam-se alguns aspectos mais relevantes. Assim, diz-se:

— «O 2.º Congresso Nacional da ADFA, realizado em Maio de 1981, «Ano Internacional do Deficiente», definiu no que respeita à realização ortoprotésica de deficientes motores, que a ADFA para além do incremento do Centro Oficial de Meios Ortopédicos já existente na cidade do Porto, deveria implementar a criação de um Centro no Sul do País, com as características daquele.»

E ainda!

«A partir de 1982 foi iniciado um programa de contactos com as Entidades

Governamentais e Militares de Évora, no sentido da concretização deste objectivo.

Deve realçar-se a boa receptividade e colaboração de todas as Entidades pelo que cremos poder vir a ser possível cumprir a data fixada para abertura do referido Centro em 01 de Janeiro de 1985».

Alguns meses são passados e apesar da formação de um sócio para o quadro Técnico do Futuro Centro, ainda se encontram por concluir as obras de adaptação das instalações iniciadas em Abril de 1983, bem como por desbloquear os apoios financeiros os quais são necessários à concretização do referido Centro, apesar de aquelas há muito terem mostrado total abertura conforme documento de pré adesão do Centro Coordenador do Alentejo do Ministério do Trabalho, passado em 9 de Novembro de 1983.

Espera-se que dentro em breve possam ser ultrapassadas as barreiras que parecem obstar à concretização de uma conclusão aprovada pelos sócios no 2.º Congresso Nacional da ADFA.

### — ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A DEFICIENTES DO PORTO

Na sequência dos esforços desenvolvidos pelo, Sr. A. Douglas Russel, a quando da visita a Portugal em Janeiro do corrente ano., do Presidente e vice-Presidente do Fundo Mundial de Reabilitação, foi conseguido um programa de Bolsa de Estudo para Deficientes civis da área do Porto, que frequentassem cursos Universitários no ano de 1984/85.

Os esforços do Sr. A. Douglas Russel, foram igualmente relevantes junto do Fundo Mundial de Reabilitação, no incremento do plano de Ampliação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos e sua transformação em Centro de Reabilita-

ção e formação Profissional Integrado do Porto.

Foi assim, que o Governo Civil do Porto e o Fundo Mundial de Reabilitação designaram a Delegação do Porto da ADFA para divulgar, seleccionar e entregar as Bolsas de Estudo atrás referidas, facto que constituiu um enorme reconhecimento na capacidade e idoneidade desta Delegação.

No dia 7 de Dezembro, pelas 17H30, no Salão de reuniões da Delegação do Porto, foram distribuídas a seis deficientes com diversos tipos de Deficiência Bolsas de Estudo no montante de 50 000\$00 (cinquenta mil

(Continua na pág. 11)

Com um extenso e diverso programa de actividades realizou-se no passado dia 15, na sede da ADFA, a habitual festa de Natal destinada aos mais pequenos filhos dos sócios, na qual estiveram presentes, além das cerca de quatro centenas de crianças, perto de seiscientos sócios.

### Espectáculo

O espectáculo oferecido às crianças que teve a duração de cerca de seis horas, embora sem grandes cabeças de cartaz devido às limitações financeiras, nem por isso deixou de ter menos qualidade que em anos anteriores tendo contado com as prestimosas colaborações:

Cecília Paços e o Grupo Coral Infantil da ADFA, Ângelo Teixeira na apresentação com os seus Jogos Educativos e Didácticos, Grupo Break Dance, Play Back/ Garcia, Rancho Folclórico da Musgueira Sul, Teatro Mímico da Associação Portuguesa de Surdos, Rancho Infantil da Casa do Povo de Corroios, Palhaços Agapitos, Rancho Infantil de Aveiras de Cima, Patuleia e o Acordeonista A. Salvado.

Não faltou o Pai Natal que ainda mais alegria veio trazer à miudagem. Todas estas colaborações foram gratuitas à excepção dos Palhaços, pelo que desejamos mais uma vez expressar os nossos agradecimentos a todos os participantes, muito especialmente a Cecília Paços que em tempo record, cujadvada por Ângelo Teixeira e Patuleia Mendes, conseguiu preparar um



Aspecto da Festa de Natal na Sede

grupo de crianças filhos dos sócios para uma intervenção nesta festa de nove canções, nove poemas, três pequenas peças teatrais e a leitura de alguns artigos dos Direitos do Homem.

Um dos colaboradores n.º 1 desta festa foi o nosso sócio Carlos César para quem vão também os nossos agradecimentos.

### Vídeo-tape e Diaporama

Sabendo que era impossível o salão Nobre da ADFA acolher também todos os adultos, foram passados quase continuamente em duas outras salas o Diaporama sobre a ADFA realizado pelo Centro de Audio-Visuais do Exército e um

filme em vídeo sobre algumas das comemorações mais evidentes deste 10.º Aniversário da nossa Associação. Duas boas alternativas ao espectáculo Infantil.

As crianças foi servido um lanche com sandes, bolos, salgados e sumos, além do respectivo balão e um caderno com jogos educativos, desenhos para pintar e poesia.

Constata-se que efectivamente as instalações da sede são pequenas para este tipo de iniciativas, todavia, aqui sempre há mais convívio e mais calor associativo do que em qualquer outro lugar, não obstante isso ter acarretado maior volume de trabalho aos escas-

sos meios humanos disponíveis.

### Coro Infantil deverá continuar

Foi uma experiência gira é inédita em termos de Associação a participação do Grupo Coral Infantil da ADFA nesta festa natalícia, trabalho e experiência que não se deverá perder devendo, a médio prazo, desenvolver-se esta iniciativa.

### Fotografias da Festa de Natal

Aos sócios que manifestaram interesse em adquirir fotografias informamos que as mesmas se encontram expostas na sede da ADFA no bar.

## ADFA DINAMIZA ENCONTRO COM O SERVIÇO DE FISIOTERAPIA DO HMP — JANTAR-CONVÍVIO DIA 25 DE JANEIRO

Após longos anos utilizando os serviços de Fisioterapia (Estrela e Anexo), muitos dos nossos associados, devido à natureza das suas deficiências, irão continuar a necessitar de contactar e utilizar aquele serviço, não só para o apoio prótesico necessário no dia-a-dia, como na área da Reabilitação médico-funcional.

Como é de todos sabido, também tem sido através do serviço de Fisioterapia, que muitos dos nossos associados se têm deslocado ao Hospital de Hamburgo, a fim de usufruírem de apoios mais sofisticados, que se justificam para casos graves.

Sem dúvida que o bom funcionamento do serviço de Fisioterapia do H. M. P. contribui decisivamente, para que os deficientes motores das Forças Armadas, tenham uma melhor inserção social e profissional, pelo que desde sempre a ADFA defendeu que aqueles serviços fossem devidamente apetrechados em meios humanos e materiais, a fim de que as novas tecnologias possam de facto servir o deficiente.

Constata-se que, desde há vários anos, o serviço de Fisioterapia do H. M. P. tem

correspondido globalmente às solicitações que lhe são feitas pelos deficientes, presentando-se claramente, que o deficiente é encarado pela equipa que trabalha naquele serviço, como um indivíduo que antes de ser deficiente é uma pessoa, e que a prótese e a cadeira, são olhados apenas como apêndices artificiais para a sua integração, conceitos estes radicalmente opostos a um certo mercantilismo, que ainda reinam em certos sectores ligados à reabilitação.

Com o objectivo de estreitar ainda mais, o relacionamento entre os sócios da ADFA e todos aqueles que trabalham no serviço de Fisioterapia do H. M. P., constatamos que um número apreciável de utentes daqueles serviços, têm vindo a manifestar o desejo de promover algo que contribua para a materialização de tal ideia, facto este que levou a ADFA a assumir realidade, já expressa, pessoalmente, pela Direcção Central ao Dr. Oliveira, que consideramos como grande obreiro da nova maneira com vem sendo encarado a reabilitação nesta área.

Assim, no próximo dia e Janeiro, a ADFA vai realizar

um jantar-convívio, para o qual convidou o Dr. Oliveira e a restante equipa que com ele vem trabalhando, estando o mesmo convívio aberto à participação de todos os sócios que o pretendam, cientes que à partida todos estarão interessados em reconhecer que das várias formas de tratamento possí-

veis, o serviço de Fisioterapia do H. M. P., tem utilizado aquela que se coaduna mais com os interesses dos seus utentes.

Para inscrição e participação neste convívio, os sócios devem entrar em contacto com o Serviço de Reabilitação da nossa Sede.

## DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

A delegação de Castelo Branco informa que não pode este ano efectuar a costumada Festa de Natal, em virtude de não dispor de verbas necessárias ou próprias, para consumir tal facto, uma vez que há já diversos meses que tem um saldo negativo, pelas despesas desta delegação, em especial a compra de uma nova máquina de tirar fotocópias (a antiga não dava o rendimento necessário), a qual foi bastante cara.

Para 1985, a partir de 18 de Março, a delegação de Castelo Branco espera levar a efeito vários convívios, nos futuros núcleos, em comemoração do 10.º aniversário desta delegação, assim como irá organizar jogos de futebol de salão, almoços e outras actividades.

### DELEGAÇÃO DO FUNCHAL ENDEREÇO DAS NOVAS INSTALAÇÕES

O endereço das novas instalações da Delegação do Funchal é o seguinte:

— BAIRRO DA AJUDA, LOJA N.º 4  
— 9 000 FUNCHAL

# ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO DA CNAD

(Continuação da pág. 4)  
 esclarecer mas pelo contrário, chocar, dando as notícias de uma forma — francamente pouco honesta, pouco correcta. Na televisão apresentam dos deficientes as imagens mais degradantes. Em vez de mostrarem os progressos feitos nesta área, divulgam precisamente o contrário pretendendo com isto que o público fique impressionado.

## A opinião pública sobre o deficiente mudou

Coisas interessantes se fizeram depois de Abril. Onde podemos salientar uma maior influência de Abril é a nível da opinião

pública. Passou-se a encarar e a ver de maneira diferente o deficiente e os seus problemas.

Depois de 81 assistimos a um retrocesso; houve um cansaço da população, algumas associações de deficientes actuaram mal e cansaram a opinião pública. O certo é que de 81 para cá quase nada se evoluiu em termos práticos. Parece que se esgotou a imaginação.

Em 74 assistiu-se a um surto de associações: A ADFA, A Associação de Sinistrados do Trabalho e outras pequenas associações que não vingaram. A APD cresceu incontrolavelmente, a nível de administração pú-

blica pôs-se o SNR para a frente, houve vitórias tremendas nas autarquias, nas empresas... a ADFA conseguiu empregar muitas pessoas. Alterou-se a actuação para com os deficientes, depois ficámos sem objectivos.

## O Governo também não tem ajudado

Quando o governo impõe a obrigatoriedade escolar até aos 14 anos, veio prejudicar largos milhares de deficientes e a lei não prevê qualquer excepção.

Penso que o que se tem feito em relação às crianças e jovens é muito pouco e tem sido objecto de explora-

ção em diversas áreas. Há diversos colégios e instituições que exploram situações... se reabilitássemos maior número de crianças até à adolescência, as deficiências em adulto seriam menores.

Já antes do 25 de Abril, algumas instituições se tinham proposto à reabilitação de crianças (a Associação de Pais para a Reabilitação de Crianças Deficientes Auditivas, a Associação Portuguesa de Protecção à Criança Autista, a Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais).

Hoje, essas associações continuam a funcionar, o

peso estatual é muito maior, a obediência à orientação do Estado, porque cresceram e não têm meios para sobreviver sem professores e técnicos do Estado, mas as listas de espera dessas instituições são enormes, tinha de haver mais qualquer coisa e foi quando se criou as CERCIS.

## Em Portugal temos o esboço de tudo, mas o que existe não funciona

No que diz respeito a cárceres, somos capazes de discutir porque é que o Hospital da Prelada não se pôs a funcionar no Porto. São problemas nossos também.

Quando me ponho a perguntar o que é que há e o que não há, eu diria que há tudo mas no fundo não há nada, penso que em Portugal há o esboço de tudo mas a ligação do que existe não está a correr bem, não está a funcionar.

Depois de um trabalho de reabilitação em qualquer instituição e depois do regresso a casa, o indivíduo encontra um sem número de dificuldades: a sua casa por exemplo não tem as condições ideais para o receber porque não está adaptada, depois não encontra emprego e tudo o que se tinha idealizado em 74, 75 e 76 e que depois deu origem ao SNR não conseguiu evitar os funcionamentos individualizados, e não vejo o SNR com força suficiente para actuar nos tempos mais próximos.

## A União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes é um fantasma

Na avaliação do movimento associativo das associações de e para deficientes, pedimos a opinião sobre a CCNOD.

A CCNOD aparece com o 1.º Congresso. Nós podemos é perguntar o que é, o que faz, depois que a sua presença não se sente... é uma organização fantasma. Se for necessário fazer uma manifestação na Assembleia da República então a CCNOD aparece. É um mistério.

## São os deficientes que fazem andar processo de reabilitação

O que faz andar o processo de reabilitação, embora paradoxalmente, são os deficientes ou então aqueles que baseiam a sua actuação no trabalho desenvolvido com deficientes. Os homens grandes da reabilitação portuguesa estiveram a trabalhar com deficientes — Aurélio Ferreira, Rodrigues Freire, Branco Rodrigues... são gente ligada aos meios, aos processos.

Nós, enquanto APD e enquanto ADFA, fizemos surgir o SNR, porque se estivessemos à espera que o aparelho de Estado parisse um Secretariado Nacional de Reabilitação ele nunca mais o faria, era uma coisa que morria naturalmente.

Pois parece que depois de formarmos o Secretariado aconteceu o que referi atrás — ficámos sem objectivos.

A CNAD vai continuar a manter por mais 1 ou 2 anos uma actuação prudente. Precisamos que tudo fique bem assente, depois ganharemos meios de funcionamento em pleno.

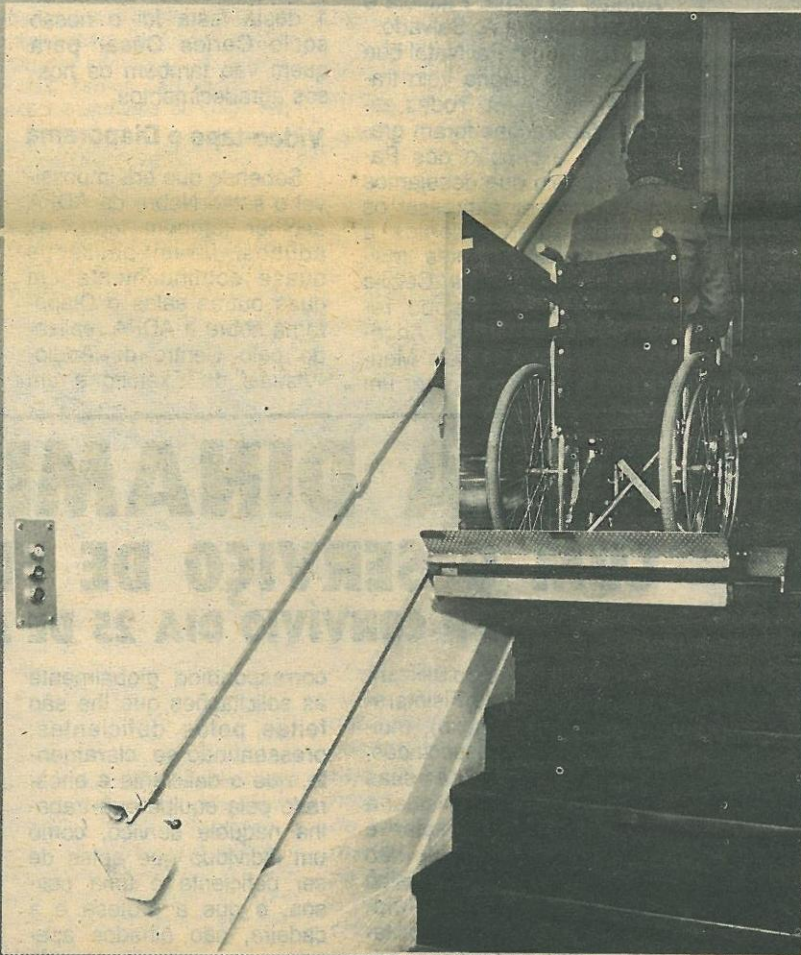
Não iremos fazer nada de espectacular, por enquanto. Como alguém um dia disse: «Há 800 anos que existe Portugal e sempre existiram deficientes». Não é de um dia para o outro que se irão resolver todos os problemas.

Vamos continuar a trabalhar com os pés bem assentes e sistematicamente. Se obtivermos meios que nos permitam um agitar maior, então iremos para a frente. Temos de ultrapassar o ciclo vicioso em que caímos neste momento.

# EFACEC

## ELEVADOR INCLINADO DE ESCADA

CONCEBIDO  
 A  
 PENSAR  
 EM  
 TODOS



O NOVO SISTEMA, PERMITINDO O USO NORMAL DAS ESCADAS, SUBSTITUI UM ELEVADOR CLÁSSICO COM AS SEGUINTE VANTAGENS:

- instalação fácil
- funcionamento simples
- atravancamento reduzido
- custo substancialmente menor

**EFACEC**, Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, s. a. r. l.

Divisão ELEVADORES

Apt. 18 - 4466 S. Mamede Infesta Codex - Tel. 952015 - Telex 22659 EFACEC P



# DELEGAÇÃO DE VISEU

## Festa de Natal

Conforme já foi divulgado junto dos sócios, da área de acção da Delegação de Viseu, vai ter lugar, mais uma vez, a tradicional Festa-Convívio de Natal, no dia 22 de Dezembro do ano corrente.

A comissão procede ainda a contactos com entidades e organismos diversos, não havendo compromissos já estabelecidos. No entanto, podemos ir adiantando que, do programa deverão constar a actuação de um ou dois ranchos folclóricos infantis, palhaços, marionetes, filmes e outras variedades. Pensamos que é possível concretizar essas participações, cujo início terá lugar pelas 10 horas, seguindo-se o almoço pelas 12 horas, que vai ser servido pelo Restaurante Infante, retomando-se a parte cultural pelas 14 horas e distribuição de lembranças às crianças presentes.

Solicitamos aos sócios a quem foram enviados bilhetes para o 2.º sorteio da FN-84, que, no caso de não pretenderem adquiri-los, os devolvam à Delegação para, assim, serem adquiridos por outros ou serem leiloados no próprio dia da Festa.

Nas instalações da Delegação temos ao dispor dos sócios ou seus familiares, uma vasta gama de brinquedos de excelente qualidade que poderão ser adquiridos a preços extremamente reduzidos, bem como uma elevada quantidade de produtos alimentares e outros também a preços reduzidos. Visite a nossa cantina e faça as suas compras habituais e para a quadra natalícia que se aproxima. A cantina é, e terá de ser ainda mais, uma fonte de receita para a Delegação e dela dependerá também o bom funcionamento dos outros serviços.

## FESTA DE NATAL

### 1.º SORTEIO

Resultado do 1.º sorteio realizado simultaneamente com a lotaria de S. João de 22 JUN. 84:

**1.º PRÉMIO** — UM TELEVISOR A CORES, COUBE AO N.º 9429.

**2.º PRÉMIO** — UM TREM DE COZINHA, COUBE AO N.º 5163.

**3.º PRÉMIO** — UMA FRITADEIRA ELÉCTRICA, COUBE AO N.º 1161.

**QUOTAS** — Voltamos a lembrar que o envio do jornal «ELO» é suspenso aos sócios que tenham mais de 3 meses de quotas em atraso, bem como perdem os seus direitos associativos. Para evitar esses inconvenientes a si próprios e ao funcionamento da Delegação, será vantajoso para todos que mantenham o pa-

gamento das quotas em dia. Do mesmo modo, os sócios que pagaram quotas no valor anterior (30\$00 por mês) devem também proceder à regularização dessa situação considerando o novo valor em vigor (70\$00 por mês) desde 1 JAN. 84.

### «ASSISTÊNCIA MÉDICA

— Tem-se verificado um atraso considerável no envio de participações da ADME aos sócios que remetem a respectiva documentação para a delegação. Tal situação deve-se ao facto de, após entrega da documentação no RIV para ser processada a respectiva participação, os serviços dessa Unidade não dispõem de condições para um rápido escoamento do grande volume aí recebido de documentos de assistência médica. Assim, em consequência das boas relações que sempre existiram entre a Delegação e o RIV, cujo comando e todo o pessoal aí em serviço têm apoiado e resolvido favoravelmente as nossas solicitações, foi possível ultrapassar a situação através da elaboração dos recibos de participação na própria delegação. Desse modo, os documentos que os beneficiários nos remeteram, alguns com cerca de três meses, vão agora ter o seguimento adequado e brevemente os valores da participação serão enviados para as suas residências.

### «ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

— Informamos os sócios presentes na Assembleia ocorrida a 23 Junho 84 que, de acordo com a proposta aí aprovada, foi a respectiva acta enviada para publicação no jornal «ELO». No entanto, através de contacto telefónico, o director do jornal, solicitou à Direcção da Delegação de Viseu que resumisse a acta, pois, não era possível, a sua publicação na íntegra, por falta de espaço!!!!!! Como a proposta aprovada referia que a acta deveria ser publicada na íntegra, esta Direcção não tinha poderes para alterar uma decisão da Assembleia. Assim, a acta não foi publicada até agora e já lá vai cerca de meio ano. Aguardamos que a vontade dos sócios seja respeitada e se lhes dê uma explicação fundamentada. Entretanto, este assunto e outros relacionados com as propostas aprovadas também nessa Assembleia, bem como o relatório de actividades e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal da Delegação, serão tratadas na próxima Assembleia Geral da Delegação a ter lugar, provavelmente, em fins do próximo mês de Janeiro.

**RENAULT 16 TS**  
AUTOMÁTICO

Condução volante e 1 só pé. Vendo-se 65000 km  
TELEF. 75894 — 10 HORAS EXP.

**TÉCNICO DE CONTAS**

ACEITA ESCRITAS DE QUALQUER GRUPO  
TELEF. 2474046 — DEPOIS 19 H.

**VENDE-SE VOLVO — 66**

AUTOMÁTICO, ÓPTIMO ESTADO C/72.000 KM

TIAGO TRINDADE MATEUS  
ANDAM — JUNCAL — PORTO MÓS  
TELEFONE: 044-43227

# DESPORTO

## ADFA VENCEU TORNEIO DO «ELO»

Nas comemorações do XI Aniversário do «ELO» estiveram incluídas, como já vem sendo hábito, provs desportivas que este ano se distribuíram pelo basquetebol e futebol de salão.

### Torneio de Basquetebol

O torneio foi disputado em 2 jornadas respectivamente em 17 e 24 de Novembro e tiveram lugar no pavilhão do Estádio Universitário, os resultados foram os seguintes:

#### 1.ª jornada

ADFA, 45-«Os Galgos», 11  
CMBA, 25-«Joanitas», 36

#### 2.ª jornada

CMBA, 44-«Os Galgos», 16  
ADFA, 44-«Joanitas», 29

A classificação final foi a seguinte: 1.º, ADFA, taça «Sotto Mayor»; 2.º, Joanitas, taça «Fonsecas e Burnay»; 3.º, CMBA, medalha; 4.º, «Os Galgos» medalha.

O aspecto mais marcante do torneio é a superioridade que a ADFA tem vindo a demonstrar desde que os seus técnicos treinadores-jogadores tiraram um curso de treinadores de basquetebol.

De facto a ADFA que vimos actuando neste torneio é bem diferente do que viramos actuar na época passada. Nota-se em todos os atletas com disciplina digna de nota, uma articulação de jogo invejável e um domínio do terreno que deixou os adversários muitas vezes paralizados. Esta superioridade evidenciada pela equipa da ADFA é ainda mais espectacular se nos lembrarmos que os jogadores têm uma média de idade superior ao das outras equipas e o



material desportivo também mais velho e de pior qualidade.

### Arbitragem de alto nível

A arbitragem do jogo final entre a ADFA e a «Joanita» esteve a cargo de dois árbitros da Comissão de Arbitragem Regional da Associação de Basquetebol senhores Eduardo Gomes e Elísio Sargaço que fizeram o seu trabalho com muito brio e saber imprimindo ao jogo aquela dignificação que muitas vezes se não consegue se não houver juizes à altura das responsabilidades. Os deficientes

e o seu desporto deveriam merecer sempre igual respeito ao que se pode verificar nesta competição.

Na mesa esteve a simpatia personalizada: Graça Conde Botelho.

### Capacidade de concretização

A final foi um jogo muito bem disputado vendo-se por parte do «Joanita» muita rapidez no jogo nomeadamente por parte do Cardoso e do Oliveira no entanto ficaram bloqueados na zona de lançamento pelo defesa da ADFA muito atenta e a não se deixar surpreender pelo contra-ataque. A ADFA como já foi dito esteve a jogar muito bem e com bastante poder de concretização em que realçamos alguns «ganchos» do Vilarinho dignos de um «profissional».

### «Galgos»-CMRA

A anteceder a final realizou-se o jogo entre os «Galgos» e CMRA que disputaram o terceiro e quarto lugares. Os «Galgos» é uma equipa que está neste momento a dar os seus primeiros passos, manifesta no entanto uma boa vontade muito grande no jogo sendo particularmente infeliz na concretização dos lances de organiza-

dos por Damião um jogador de grande pujança e muito aguerrido. Por parte do CMRA que venceu o jogo calmamente e sem sobressaltos assistimos a algumas jogadas muito rápidas imprimidas por Damião um jogador muito bom e com grande espírito de sacrifício.

O jogo foi muito bem arbitrado por Fernando Carvalho, quem sabe se não será um futuro bom árbitro de basquetebol em cadeira de rodas.

### Futebol de salão

O torneio de futebol de salão realizou-se no campo do Atlético Clube da Encarnação e contou com a presença da Associação Portuguesa de Surdos que venceu o torneio, da o equipa dos filhos dos sócios da Quinta do Morgado, e dos «Bigodes», uma equipa formada por um grupo de amigos da ADFA que trabalham na Baixa e que frequentam regularmente a sede da nossa associação.

A ADFA perdeu por cinco a dois com a APS e os «putos» da Quinta do Morgado deram seis a zero aos «Bigodes» (grande bigodada), na final a APS venceu a Quinta do Morgado por três a dois.

Os jogos foram, como de costume, arbitrados por Carlos César.

### SEMINÁRIO DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES

Realizou-se em Lisboa, organizado pela Direcção-Geral de Desportos — Divisão de Recreação nas instalações do Instituto Nacional de Desportos um seminário sobre «Desportos para Deficientes» e decorreu entre 12 e 17 de Novembro.

O seminário teve a participação muito especial da «Stichting Spel en Sport» através dos senhores Geert Hesse e Jan Verhaert que expuseram a forma como na Holanda se realiza o desporto para deficientes e os problemas com que se defrontam.

No seminário participaram várias associações de deficientes entre as quais a ADFA e técnicos e alunos do ensino especial de várias zonas do país.

Realizaram-se trabalhos de grupo e chegaram-se a algumas conclusões entre as quais que existe uma diferença abismal entre o desporto para deficientes que se pratica em Portugal e aquele que se faz na Holanda.

Dada a importância dos assuntos tratados em próximos números dedicaremos uma análise mais aprofundada desse seminário.

### UNIÃO DE CEGOS XADREZISTAS DE LISBOA

Em conferência de Imprensa realizada no passado dia 3 de Dezembro a União de Cegos Xadrezistas de Lisboa (UCXL) apresentou o seu propósito de organizar o Campeonato Nacional de Xadrez para Cegos. Este acontecimento conta com o apoio do Lions Club segundo declaração do eng. Azevedo e Silva e irão ainda apoiar a realização do Campeonato Ibérico.

Durante a conferência foi conferido posse aos novos órgãos directivos desta colectividade, recentemente criada que ainda não possui sede própria, facto que lhes acarreta sérias dificuldades segundo afirmou Pedro Ribeiro.

### TORNEIO DE BASQUETEBOL DA DGD

Teve início no passado dia 15 de Dezembro, a 1.ª jornada do Torneio de Basquetebol organizado pela DGD Delegação de Lisboa, que forneceu os seguintes resultados:

Joanitas, 23-ADFA, 56  
Alcoitão, 43-Galgos, 18

O Torneio recomeçará pelas 15 horas no dia 5 de Janeiro de 1985., com os seguintes jogos:

ADFA-Galgos  
Joanitas-Alcoitão

Tal como os anteriores jogos, os próximos decorrerão no Pavilhão do Estádio Universitário.

# DELEG. PORTO

(Continuação da pág. 9)

escudos) cada acto que ficou a marcar o primeiro passo de um apoio Nacional e Internacional que se espera venha a ter continuidade no futuro.

A Imprensa do Porto referiu o facto com realce.

De seguida, referem-se os deficientes alguns dados a seu respeito, a quem foram concedidas as Bolsas de Estudo:

— ARMINDO FERNANDES DE OLIVEIRA — Deficiente motor, reside em Gondomar e frequenta o Curso de Direito na Universidade Livre do Porto

— PALMIRA MARTINS DE SÁ — Deficiente motora, reside em Matosinhos, e frequenta o Curso de Românicas na faculdade de Letras do Porto

— MARIA ALICE CARVALHO — Deficiente Invisual, reside no Porto e frequenta o Curso de Germânicas, na Faculdade de Letras do Porto.

— JOSÉ ÁLVARO MONTEIRO COSTA — Deficiente motor, reside no Porto, e frequenta o Curso de Germânicas, na Faculdade de Letras do Porto.

— MARIA DE FÁTIMA BARREIROS LOPES FREITAS — Deficiente motor, reside no Porto, e frequenta o Curso de Economia na Faculdade de Economia do Porto

— LEONARDO CUNHA DA SILVA — Deficiente Invisual, reside no Porto, e frequenta o curso de História, na faculdade de Letras do Porto.

# CONFERÊNCIA DOS ANTIGOS COMBATENTES E VÍTIMAS DE GUERRA SOBRE SEGURANÇA, DESARMAMENTO E COOPERAÇÃO NA EUROPA

Organizada por Associação Jugoslava filiada na FMAC, de 18-20 Outubro, BELGRADO

Terminado o Conselho Geral da FMAC, Atenas, em 16 de Outubro, muitos dos participantes deslocaram-se a Belgrado, Jugoslávia, onde se realizou entre 18 e 20 de Outubro, a Conferência dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra sobre Segurança, Desarmamento e Cooperação na Europa, organizada pela SUBNOR Associação Jugoslava Filiada na FMAC.

Esta Conferência foi presidida pela FMAC e nela participaram mais três organizações internacionais: A Confederação Europeia de Antigos Combatentes (CEAC), a Confederação Internacional de Antigos Prisioneiros de Guerra (CIAPG) e a Federação Internacional de Resistentes (FIR), que constituem o Comité de Coordenação para o Desarmamento (ONU).

Na sessão de abertura esteve presente o Vice-Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, Sr. Radovan Vlahjovic, em representação do Presidente da República, que traçou uma breve panorâmica sobre a situação internacional focando a sua gravidade e as sérias inquietações que ela suscita. Expôs a posição do seu país face a esta conjuntura, a sua determinação em trabalhar para ultrapassar, as dificuldades, nomeadamente no seio dos países não alinhados. Sublinhou também a adesão da Jugoslávia aos princípios da acta final de Helsínquia.

O Secretário Geral das Nações Unidas enviou uma mensagem que foi lida pelo seu representante, Sr. Victor Berasategui, Director

das Questões de Desarmamento de Genève.

O Presidente da Câmara de Belgrado regozijou-se pelo facto de Belgrado receber os participantes nesta conferência durante as comemorações do 40.º Aniversário da Libertação da Cidade.

Antes do início da sessão de abertura os participantes deslocaram-se ao memorial a Josef Bros Tito e ao cemitério dos Libertadores da Cidade de Belgrado.

Um dos pontos da ordem de trabalhos constava de um Relatório introdutório à Conferência visando este examinar, com base no documento de fecho da reunião de Madrid as actividades concretas a empreender e a prosseguir pelas organizações de Antigos Combatentes e de Vítimas

## Os antigos combatentes e vítimas de guerra para a segurança, o desarmamento e a cooperação na Europa

1 — Reunidos em Belgrado à beira do 40.º Aniversário do fim da segunda Guerra Mundial e da criação das Nações Unidas, os representantes de Associações de Antigos Combatentes, de resistentes, de prisioneiros de guerra, de deportados nos campos de concentração, de vítimas de guerra dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, examinaram a actuação a prosseguir nos seus países e no plano internacional para preservar a paz, para reduzir e parar a corrida aos armamentos, progredir para o desarmamento e desenvolver a cooperação em todos os capítulos da acta fi-

nal de Helsínquia reafirmados no documento de fecho da reunião de Madrid na conferência sobre a segurança e cooperação na Europa.

2 — Os Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra suportaram experiências cruéis, quer tenham combatido lado a lado ou em campos opostos, têm a convicção de que não existem barreiras inultrapassáveis, diferendos sem causa, conflitos sem solução, após as reuniões precedentes e nomeadamente em Roma por ocasião do seu encontro Mundial em 1979, propuseram uma via nova para progredir para o desarmamento, para

um mundo mais justo e mais pacífico, no respeito dos princípios da carta das Nações Unidas, da carta internacional dos direitos do Homem, bem como outros acordos internacionais, garantindo o direito de todos os povos e a segurança de todos os estados. Afirmaram solenemente um princípio que ficou como linha fundamental da sua acção, nomeadamente que a guerra é evitável, todos os conflitos podem ser solucionados pela via negociada, ou por outro modo de resolução pacífica. Todos os povos do Mundo têm direito à paz.

3 — Depois do seu encontro de 1979 tornaram-se cada vez mais conscientes da séria degradação da situação internacional, marcada por numerosos conflitos armados, pela existência de blocos, pela violação dos acordos internacionais, pelo não respeito dos direitos do Homem e dos povos e pelo agravamento trágico do destino dos países em vias de desenvolvimento.

4 — Os perigos da guerra não residem somente no super-armamento das grandes Nações. A crise económica Mundial, a desordem monetária internacional, as dificuldades económicas do terceiro mundo as quais acarretam misérias insustentáveis, nomeadamente nas camadas mais jovens, constituem hoje em dia um factor de guerra tão perigoso como a multiplicação do armamento.

5 — Os Antigos Combatentes pensam que uma tal situação não se pode prolongar. Convidam todos os Governos, especialmente

os dos países industrializados, a juntos porem em ordem a economia mundial e desenvolverem, no quadro da ONU, um plano honesto de desenvolvimento do terceiro mundo.

6 — A situação agrava-se com as despesas cada vez mais elevadas da corrida aos armamentos, tanto no plano qualitativo como no quantitativo, a colocação, em particular na Europa, de armas mais precisas e ameaçadoras, os perigos do desenvolvimento de armas químicas e biológicas e com a militarização do espaço.

7 — Os Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra têm a plena consciência de serem oriundos de países com regimes políticos e sociais diferentes, e do facto de existirem sensibilidades diferentes. Constatam que sobre a apreciação das responsabilidades da presente situação têm opiniões diferentes. Mas têm em comum a convicção profunda da necessidade de contribuir com todos os esforços para se alcançarem soluções pacíficas agindo junto dos Estados para que, numa primeira fase, não se agravem os perigos e não se acelere a corrida aos armamentos.

Afirmam a necessidade de prosseguir e desenvolver as negociações de apoiar a acção das Nações Unidas e das suas instituições para o nascimento duma ordem internacional fundada sobre a paz verdadeira, o direito e a solidariedade.

8 — Sublinham a urgência de procurar pôr em marcha medidas concretas de confiança e segurança. Todas as propostas neste domínio devem ser analisadas pelas partes interessadas. Apoiam os esforços da conferência de Estocolmo, que deve contribuir com decisões tendentes a assegurar condições de equilíbrio e segurança igual ao nível de armamento mais baixo, tanto no domínio convencional como Nuclear.

9 — Os recursos, afectados até aqui, na corrida aos armamentos, poderiam ser transferidos para a realização de programas económicos, Sociais e Culturais, tanto no plano nacional como no da cooperação internacional.

10 — No quadro dos objectivos anteriormente citados, as organizações internacionais e nacionais de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, participantes na Conferência acordaram em prosseguir com as seguintes acções:

10.1. — Tomar parte activa na aplicação da acta final de Helsínquia e do documento de fecho de Madrid.

10.2. — Exigir aos Governos o estrito respeito pelos dez princípios e todas as disposições da acta final, reafirmados e desenvolvidos em Madrid.

10.3. — Agir junto dos Governos para que prossigam, retomem ou se comprometam em negociar a questão do desarmamento sobre todos os seus aspectos: convencional, químico, biológico, nuclear, e pela utilização pacífica do espaço. Assim poderão ser criadas condições conducentes ao restabelecimento da confiança. Neste Quadro o desenvolvimento das relações Humanas nos planos Sociais, Económicos e Culturais permitiram renovar a «detente».

10.4. — Ajudar a Juventude no escalão escolar e pré-profissional, a compreender, por um lado a natureza dos sacrifícios a que foram submetidos os antigos combatentes pela independência das suas pátrias e a defesa da liberdade e, por outro lado, a legítima preocupação de não ver renovar os erros do passado.

10.5. — Condenar veementemente todos os actos de terrorismo, que não têm nada a ver com as actividades de resistência legítima à opressão.

11 — A Conferência teve uma sessão especial de informação, consagrada ao problema da segurança na região do Mediterrâneo. Constatou-se que a segurança desta região não pode ser dissociada do exame dos problemas de segurança na Europa.

12 — Os participantes acordaram convocar em 1986, no âmbito do Ano Internacional da Paz decidido pela ONU, um encontro Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra consagrado ao exame dos problemas da paz, do desarmamento e da liberdade.

## 11.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS DA FMAC EM PORTUGAL DE 24 A 27 DE FEVEREIRO DE 1985

Os contactos da ADFA com a FMAC iniciaram-se em 1978, tendo estado presente como observador na 16.ª Assembleia Geral, realizada em Florença (Itália), em Outubro de 1979. O pedido de adesão foi formalizado em 1980, tendo sido concretizado a 23 de Outubro de 1982, no decorrer de um Conselho Geral levado a efeito em Nice. No referido Conselho foram admitidos, além da ADFA, representantes de Portugal, associações de mais três países: Zaire, Congo, e Escócia. Portugal tornou-se, assim, o 49.º País com representação na FMAC, sendo a Escócia o 52.º. A adesão da ADFA foi ratificada em 24 de Outubro de 1982, durante a 17.ª Assembleia Geral em Nice.

Só ao longo do ano corrente a participação da ADFA nas actividades da FMAC se materializou, tendo tomado parte em duas reuniões estatutárias: 10.ª Reunião da CPAE, realizada em Alttann, RFA, de 26 a 28 de Janeiro de 1984 e 42.º Conselho Geral, em Atenas, de 14 a 16 de Outubro de 1984.

A ADFA, que até ao Conselho Geral de Atenas era o mais jovem membro europeu a par da associação escocesa, foi incumbida de realizar em Portugal a 11.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus. Este convite teve como objectivo principal o estreitamento de relações e uma participação mais activa.

A organização duma reunião deste tipo, em Portugal, por uma associação como a nossa revestia-se à partida de grandes riscos. Resolvemos, no entanto, assumi-los e partimos para a resolução das questões mais imediatas como, por exemplo, as instalações adequadas à realização dos referidos trabalhos. A Fundação Calouste Gulbenkian respondeu positivamente, tendo solucionado a nossa primeira pretensão ao ceder as suas excelentes instalações para as reuniões dos vários grupos de trabalho, para as quais contamos com a presença de representantes da maioria dos 18 países europeus filiados na FMAC. As

Câmaras Municipais de Lisboa e de Sintra, através dos respectivos presidentes, também foram receptivas ao nosso pedido de apoio. A secretaria de Estado da Defesa Nacional e a Direcção Geral de Turismo, a primeira como instituição a que nos encontramos ligados na nossa condição de deficientes militares e a segunda por considerar, que de uma realização como esta, se podem tirar dividendos a nível de promoção turística, também nos vão apoiar. Sua excelência o senhor Presidente da República, à semelhança do que se passa na generalidade dos países onde se realizam reuniões da FMAC, também quis contribuir para que a reunião se revista da maior dignidade possível.

Contamos também com outros auxílios como é o caso do Banco Pinto e Sotto Mayor.

A organização desta reunião é para nós uma honra e demonstra a confiança que a FMAC deposita na nossa associação. Embora tarefa árdua, não rejeitamos o de-

safio, porque estamos conscientes que temos um papel importante a desenvolver nas relações internacionais, o que aliás nos tem sido manifestado no que respeita às relações com África e, especificamente com os países de expressão portuguesa. Por outro lado, é evidente que poderemos auferir de uma ampla experiência, acumulada durante os 35 anos de existência da FMAC, em domínios como a reabilitação, legislação, terceira idade, urbanismo, educação, etc. A forma positiva como as instituições a que solicitámos apoio nos responderam é mais um elemento que vem reforçar a nossa convicção de que a actuação da ADFA no seio da FMAC, organização altamente conceituada a nível internacional, se reveste do maior interesse.

Estamos altamente empenhados no planeamento eficaz dos trabalhos e confiantes no êxito do empreendimento, do qual poderão advir benefícios não só para a ADFA, como para Portugal.

## CONSELHO NACIONAL DA ADFA VAI REUNIR EM JANEIRO

Está prevista para o dia 12 de Janeiro uma reunião do Conselho Nacional da ADFA, destinada, especialmente, à discussão e aprovação do orçamento da Associação para 1985.

Trata-se da segunda reunião ordinária deste órgão referente ainda a 1984, mas que não foi possível realizar ainda durante este ano devido a atrasos verificados na preparação da proposta orçamental.

Para além da aprovação do orçamento da Associação para 1985, o Conselho Nacional poderá ainda apreciar outras questões de interesse associativo e que são da sua competência, nomeadamente a delimitação da área das delegações.